

Nº 530 N.º 53638

POVO

CORREIO do

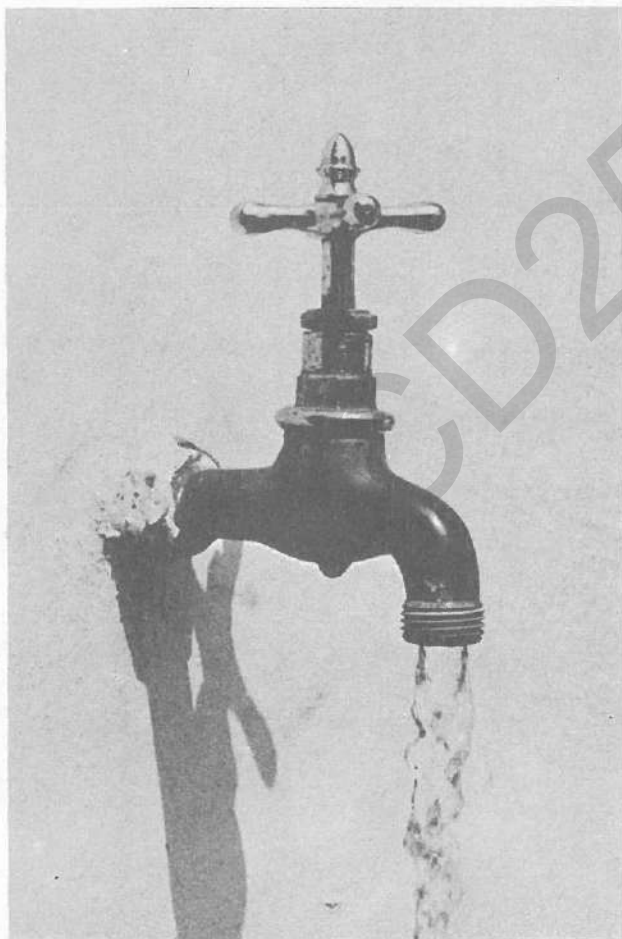
BATALHA DA PRODUÇÃO
— Uma entrevista com o Min. das Finanças,
na pág. 28



ALTO-DOURO
Pedras
transformadas em riqueza
pele homem

A DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE

recomenda



LAVE AS MÃOS

- antes de comer
- antes de cozinhar
- depois de se servir da retrete

1º DE MAIO

VITÓRIA NAS ELEIÇÕES VITÓRIA SOBRE OS NAZIS VITÓRIA NO VIETNAME

Na hora em que o Povo português se preparava para festejar, no 1.º de Maio, não só o Dia mundial do trabalhador, o primeiro aniversário da sua revolução mas também a vitória das forças autenticamente socialistas nas Eleições do 25 de Abril último — pela primeira vez em consulta eleitoral livre nos países ocidentais os Partidos socialista e comunista obtiveram mais de 50% dos votos exprimidos — não podemos esquecer que, nessa mesma hora, se festejava, igualmente, o 30.º aniversário da vitória das forças aliadas sobre os nazi-fascistas, que marcou o fim da segunda guerra mundial; mas, sobretudo, o fim da guerra imposta, desde 1946, primeiramente pelos Franceses, em seguida pelos Americanos, ao povo mártir mas herói do Vietnam. Guerra que terminou com a vitória total das forças progressistas unidas, descolonizando a terra ocupada e projectando definitivamente o povo vietnamita para o caminho do socialismo. Essa vitória, que é, para todos nós, razão de orgulho e de alegria, terá de representar, por outro lado, uma lição, que pode traduzir-se na certeza, cada vez mais afirmada pela História, que um *Povo unido jamais será vencido*. Frase que é também nossa e à qual, por diversas vezes, soubemos dar total sentido.

Neste 5.º número seguimos um longo itinerário por terras do Norte. De regresso a Lisboa, fomos contar o que víamos a alguns dos responsáveis pelos destinos do nosso país, pedindo-lhes resposta para os problemas levantados. Assim, registámos os depoimentos do ministro das Finanças e dos secretários de Estado do Tesouro e da Saúde. Temos entrevista marcada, igualmente, com o Ministro da Administração Interna, a quem pediremos notícia da Reorganização administrativa do País, em estudo; e da autonomia financeira a atribuir às autarquias locais, quer dizer, às câmaras municipais e, consequentemente, juntas de freguesia. Neste número respondemos, também, e dentro do possível, às cartas que recebemos, incompletamente, por certo.

Creemos, porém, que no seu conjunto, este 5.º *Correio do Povo* representará para todos nós, mais uma jornada de trabalho, positiva e fraterna, em ordem à continuação da tarefa que é a nossa, quer a que diz respeito a esta revista, quer a nacional, exigente de muito trabalho e fraternidade, também, nesta hora em que nos aprontamos para mais uma batalha — a batalha da produção — de que falámos longamente com o ministro das Finanças na entrevista já referida. Mais uma batalha que temos de vencer.

Ano 1 * Número 5
20 de Maio de 1975 * Mensal

Propriedade do
Ministério da Comunicação Social

Redacção e Administração
Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa

Chefe de redacção
António Tavares-Teles

Redacção
Manuela de Mendonça Torres
Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva

Colaboração
Maria de Lurdes Pires Neves
Alberto Ferreira
José Guimarães
José Carlos Gonzalez
Diamantino Trindade

Reportagem fotográfica
Eurico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Mota

Paginação
Luís Osório
Abreu Lima

Pesquisa
Ethel Silva

Secretária
Maria do Rosário Valdivia

Composição e impressão
Anuário Comercial de Portugal

SUMÁRIO

- 1 — Genérico
- 2 — Correio do Povo
- 5 — Reportagem
- 14 — Entrevista
- 16 — Informação
- 22 — Poesia
- 23 — História
- 25 — Saúde
- 27 — Desporto
- 28 — Entrevista

DESTACÁVEL: «O Lopo», um conto de Miguel Torga
CAPA: Alto-Douro, foto de Eurico Chalbert

Com acções e não com palavreado

Li no n.º 4 do *Correio do Povo*, a carta do jovem Artur Barbosa Ribeiro, a qual me impressionou bastante por diversas razões.

Acima de tudo considero a sua carta muito simples, objectiva, indo directa aos assuntos, sem muito palavreado característico de quem quer mostrar saber mais do que na realidade sabe.

Este amigo é um exemplo vivo para aqueles que nunca passaram pelas privações por que ele passou (e continua a passar) e que agora se arvoram em defensores do Povo e filhos do Povo, quando sempre levaram uma vida de ociosidade, à custa dos sacrifícios que como este muitos outros jovens passaram.

«Meninos bem» que nunca souberam o que é passar fome, o que é querer estudar e não poder, querer divertir-se sem se ter possibilidades para tal. Meninos que nunca souberam o que é viver (?) sem um mínimo de condições necessárias para existir como ser humano.

Alguma vez esses jovens, que agora dizem lutar pelo Povo, se viram a viver uma só semana, sem luz, sem contactos com outros da mesma idade, sem

poderem ir a um local de diversões e sobretudo tendo uma alimentação péssima, uma assistência médica deplorável e um sem-número de mais privações que só quem passa por elas lhes pode dar valor.

Esses jovens que antes de fazerem os seus discursos, pensem um pouco que de «defensores paternalistas» e de palavras está o Povo farto, o que o Povo precisa é de acções, pois de palavras bonitas e de promessas levou ele 48 anos a ouvi-las. Temos todos que lutar com o Povo e não «pelo povo», o Povo quer e tem que participar na luta e não quer nem pode estar à espera que os outros resolvam os seus problemas até porque embora prometam ninguém luta pelo Povo!

Só jovens como este nosso amigo, têm direito a autodenominarem-se Filhos do Povo, porque só eles conquistaram esse direito com a dureza do seu trabalho, as privações que passaram e o sacrifício de toda a sua vida até agora, que esperemos venha a ser diferente daqui para a frente.

Que tudo se modifique pois como ele diz «enquanto há vida há esperança». E eu tenho esperança, esperança sobre-

tudo nas pessoas como ele, que muito têm a ensinar a muitos jovens cidadãos inconscientes e insensatos, que tudo pensam saber e nada sabem.

Tenho 18 anos, sou o que se pode considerar uma menina da cidade, tive a possibilidade de, com grandes sacrifícios dos meus pais, poder estudar e apesar disso, não me considero capaz de escrever uma carta tão bela, tão verdadeira e tão sincera, como a do Artur Barbosa Ribeiro, precisamente porque as pequenas privações que tive, são comparadas com as dele, como uma gota num oceano.

Com esta minha carta apenas pretendi duas coisas: agradecer ao Artur B. Ribeiro o ter escrito aquela carta; pois pela minha parte ela ensinou-me algo importante: que é preciso passar-se pelos sacrifícios para lhes dar o valor. Pretendi também chamar a atenção dos jovens da cidade para este problema e que em vez de ficarem em Lisboa a fazer discursos, andem um pouco pelo interior do País e tentem realmente ajudar o Povo, mas a trabalhar, com acções e não com palavreado que, por bonito que seja, não serve de nada.

Lídia Oliveira Cabrita
Almada

Desemprego

Peço que me informe se neste momento o nosso Estado tem alguma secção de colocação para empregos ou ainda onde me possa dirigir sobre o assunto, pois vim do ultramar e estou desempregado desde Novembro.

Francisco Borrego
Capinha

Existe o Serviço Nacional de Emprego, com delegações em cada sede de distrito.

Invalidez e trabalho

Quero dizer-vos que sou um inválido total dos membros inferiores. Há aproximadamente dois anos requisitei do Serviço Nacional de Emprego, Divisão Regional de Castelo Branco, um emprego condigno com a minha condição física e do Instituto da Família e Acção Social uma motoreta de três rodas para as minhas deslocações, mas até ao momento nada de concretização. Do Instituto da Família e Acção Social recebi um carro de manivelas que não me dá a mínima possibilidade de eu próprio tentar arranjar emprego. Desta Instituição fui subsidiado até Novem-

bro de 1974 com um subsídio de 400\$00 mensais. Há cinco meses que vivo só com os 350\$00 de pensão de invalidez. Destes 350\$00 ainda tenho de tirar 150\$00 mensais para medicamentos. Outro problema que me afecta é o do alojamento que contribui muito para o agravamento de um problema físico. Quero trabalhar para ter uma casa onde não entre o frio invernal nem a fome.

As melhores saudações.

Manuel Fonseca Gonçalves
Montes da Senhora

O Correio do Povo contactou o técnico social sr. Rexena do Serviço de Colocações Especiais do Serviço Nacional de Emprego, que nos informou ser necessária «reabilitação médica» antes de uma colocação profissional. Contactada a Assistente Social, do Instituto da Família e Acção Social, foi-nos afirmado que o médico faria uma visita a sua casa na semana seguinte ao nosso contacto. Cremos assim que já terá recebido a visita do médico.

Quanto ao subsídio que recebia de 350\$00 através da Casa do Povo, foi aumentado para 500\$00, a partir de 1 de Abril, se o recebia, anteriormente a 1973 e para 900\$00 se o recebia somente após essa data.

A linguagem do arcebispo de Braga

Há dias, ao ler o *Diário do Minho*, chamou-me a atenção um artigo do arcebispo de Braga, intitulado «Ultraje à Pátria». O sr. D. Afonso Henriques que «fora» sacrilegamente mutilada e, por essa razão — confirma o Prelado — «correram-me lágrimas pela face e gotas de sangue caíram-me do coração...» Impõe-se que a estátua seja reparada sem demora.

É de estranhar uma tal linguagem! Semelhantes palavras à volta de uma estátua são inaceitáveis quando, durante tantos anos, o Senhor Arcebispo nunca denunciou as injustiças e opressões do antigo regime, mas sempre esteve do seu lado.

Acaso o arcebispo de Braga não mutilou e deixou que mutilassem, tantas vezes, a pessoa humana que, segundo «Gaudium et Spes», deve ser o centro e vértice de tudo o que existe na terra?

Não foi o Prelado de Braga tantas vezes o próprio mutilador dos direitos mais sagrados do Homem, na pessoa de tantos padres e cristãos, como por exemplo, o direito à liberdade de expressão, de reunião e de iniciativa, como é do conhecimento geral?

Como vem agora insurgir-se contra a mutilação duma estátua?

Não quero de modo algum que pensem que aprovo tão repugnante acto de malvadez. Mas até seria bom reflectir um pouco nas razões profundas que levam certas pessoas a tentar destruir os valores do passado...

Não será porque se têm sentido lesados nos seus direitos de pessoas humanas que reagem de determinada maneira?

Não será porque estão fartos de ditaduras inaceitáveis que expressam assim a sua repulsa?

Mas nós, os «bons» só sabemos tomar uma atitude. Condenamos, sem mais...

José António de Sousa Magalhães
Urgezes — Guimarães

Creemos que cartas como esta deveriam ser enviadas prioritariamente aos jornais que as motivaram.

Infantários

No distrito de Braga há cerca de 105 000 crianças. Destas, apenas cerca de 1600 são assistidas em creches ou jardins de infância, o que dá uma percentagem de 1,5% aproximadamente. Braga aparece-nos, assim como o 3.º distrito do País em número de crianças, precedido apenas dos distritos do Porto e de Lisboa. E é precisamente em Braga, distrito que a mortalidade infantil atinge maior número.

Consideramos absolutamente fundamental a criação de infantários por freguesia, como aliás acontece em grande número dos países socialistas que, dessa forma, resolveram os seus problemas de apoio à criança. Estes deverão ser fruto da iniciativa de uma Associação de Moradores, a quem competiria a respectiva direcção. As Casas do Povo — se forem reestruturadas para serem efectivamente CASAS DO POVO e não apenas como têm sido até agora, casas racistas e divisionistas do Povo (apenas agricultores) — poderiam e deveriam ser uma verdadeira associação de moradores, em cada freguesia, autênticos centros polivalentes de Acção Social. Aliás foi para esse fim que as Casas do Povo foram criadas e não atingiram a sua meta porque, sendo casas apenas geridas por agricultores (proprietários) não estiveram abertas a toda a população local que, ao fim e ao cabo, vê-se que é o Povo.

Seria, assim, que as populações das freguesias, associadas em Casas do Povo, poderiam tomar iniciativas com vista à resolução dos seus problemas, entre os quais, devidamente apoiadas pelos competentes Serviços do Estado,

incluímos em primeiro lugar, os infantários e creches.

As construções em pré-fabricados simples, mais funcionais, poderiam ser uma maneira eficiente e rápida para uma campanha a realizar, com prioridade, nas freguesias de população feminina trabalhadora mais predominante.

Torna-se absolutamente necessário que todos os infantários e creches existentes e que não estão devidamente aproveitados nas suas potencialidades, passem imediatamente para o controlo e direcção dos trabalhadores, por meio de associações de moradores já existentes ou a criar.

Necessário se torna, por isso mesmo, estimular a criação, nas freguesias, de associações de moradores, que sejam as verdadeiras e autênticas CASAS DO POVO.

Manuel Ferreira
Fementões — Guimarães

Já tratámos, nos dois primeiros números do Correio do Povo, o problema das creches. Mas pusemos o problema a quem de direito, que nos prometeu uma resposta para breve.

Descentralização

Os benefícios de reformas por velhice e invalidez (que contam mais de 70 anos) como é do conhecimento geral, todos os meses se deslocam às Casas do Povo, para receberem as suas reformas.

Acontece que as sedes das Casas do Povo distam de muitas freguesias 20 ou mesmo 40 km, como é o caso da nossa aldeia. Situa-se esta a 40 km da sede e não dispomos de transportes públicos nos 20 km de mau caminho que nos separam da estrada nacional.

Sugiro uma descentralização do pagamento das reformas por forma a facilitar o recebimento aos velhotes, nas aldeias onde não existam, ou enquanto não existam delegações das Casas do Povo.

Poder-se-ia nesta situação, efectuar-se o pagamento através de, por exemplo, o presidente de cada Junta de Freguesia.

Isto facilitaria, mediante um pequeno esforço de cada Presidente de Junta, o seguinte:

- 1) Evitar grandes sacrifícios aos beneficiários às vezes quase inválidos;
- 2) Evitar aglomeração nos locais de pagamento nas sedes das Casas do Povo;
- 3) Facilitar os serviços aos funcionários dessas instituições.

Luciano Carlos Lemos Vidal Costas
Macedo de Cavaleiros

Poremos esta e muitas outras questões, ao Ministério da Administração

Interna, em entrevista que publicaremos no próximo número.

No Alentejo como no Norte do País

Começo por dizer que sou alentejana, moro na povoação de Malarranha concelho de Mora, distrito de Évora.

Esta povoação fica perdida no campo e ninguém se tem lembrado que ela existe, pois não temos água nem luz eléctrica nem qualquer meio de transporte pois a carreira que mais perto passa é à distância de 5 km, temos apenas como meios de informação o correio e o telefone que ainda por cima está parte do tempo avariado, estamos por isso isolados do resto do País.

Joaquina Maria Garcia
Malarranha — Alto Alentejo

Procuramos, neste número, levantar os problemas de todo o Norte, que são os de todas as zonas rurais do País. E começar a pedir respostas às entidades responsáveis. Acrescentamos que recebemos dezenas de cartas como esta, para não dizer centenas. Que não publicamos, por falta de espaço, mas de que retemos, evidentemente, a informação.

Igreja reaccionária e Igreja progressista

Neste momento, em que todos nós queremos uma informação livre, mas consciante e não oportunista, o *Correio do Povo* tem um papel muito importante a desempenhar: dar ao povo português e sobretudo aos menos cultos, uma informação correcta da situação actual, e apresentar os nossos escritores e todos os homens de letras, clarificando muitos aspectos que o antigo regime quis que ficassem na escuridão.

Elisio Rosário Gama
Seminário Missionário do Verbo Divino
Tortosendo

Não podemos deixar de registar com grande satisfação as dezenas de cartas provenientes de sacerdotes e seminaristas, de qualquer modo membros da Igreja católica, que entenderam perfeitamente qual a função e intenção do Correio do Povo, que só não cumprimos melhor por não sermos, por certo, capazes, mas cuja importância mobiliza o melhor de nós mesmos. Há quem nos acuse de parcialismo, talvez porque retiramos da «escuridão» muitas coisas que por lá se encontravam enterradas; e de dizermos que a Igreja é reaccionária, o que nunca dissemos aliás, solidários que somos com todos

quantos, no interior dela, sofrem quando ela é, de facto, membro ou aliado da reacção.

Desemprego no Alentejo

O signatário é dono da propriedade denominada «Rio Mendes», sita no concelho de Portel, que vem referenciada na reportagem sobre o «desemprego no alentejo», publicada no n.º 2 dessa Revista, de 20/3/75. As referências além de incompletas são inexactas. Por tal motivo tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.ª, agradecendo a necessária rectificação.

Assim, além da deturpação do meu nome que com um pouco de cuidado seria evitável, a afirmação que é feita de que os sete homens para lá distribuídos têm estado parados por ordem do patrão é falsa. Tal informação só poderia ter sido prestada por um indivíduo mal intencionado ou anormal. Nunca dei nem poderei vir a dar qualquer ordem a homens que foram por alguém, que não eu, mandados para a minha propriedade, pois em momento algum me considereei seu patrão, pela simples razão de não ter dinheiro para lhes poder pagar, o que me parecendo fácil de constatar, ninguém que eu saiba até hoje curou de investigar. Fui colocado perante um facto consumado, para o qual em nada contribuí e pelo qual querem prepotentemente responsabilizar-me.

Por vezes com algum sacrifício para poder cumprir, sou responsável sim pelo pagamento do salário de um trabalhador permanente que se encontra ao meu serviço há cerca de dois anos, espaço de tempo este desde o qual a propriedade me pertence.

Gostaria ter visto referido, à semelhança dos outros casos, o que parece ter sido lapso do reporter, que a propriedade de «Rio Mendes» tem 223 ha (sendo talvez a mais pequena do concelho) totalmente ocupados com sobreiros, o que equivale a afirmar, sem terreno inculco ou abandonado. Que no ano de 1974 foi limpa em cerca de 2/3 da sua área, donde resulta que para cerca de 80 ha ainda por limpar, mas em condições que se podem considerar normais, foram mandados 7 homens e posteriormente 5 mulheres, isto depois de o signatário ter informado o Sindicato dos Trabalhadores da sua impossibilidade financeira de satisfazer qualquer compromisso.

Como definir tal atitude?

O que se pretenderá com tudo isto?

Porque não teria sido informado o reporter do modo discriminatório como naquele concelho os homens foram distribuídos pelas propriedades, se as há, que tendo terras inculcas não têm no entanto um só homem válido ao seu serviço?

Porque não teria o funcionário do IRA que acompanhou o reporter, visitado a propriedade do signatário que

não perto fica da que diz ter visitado?

Porque não teria o repórter ouvido a outra parte interveniente (o patrão) antes de fazer publicar a reportagem?

Pois se se pretende informar o povo e essa será a finalidade da Revista, e havendo infelizmente tantos casos de injustiça flagrante no Alentejo, porque se foi buscar um caso em que o patrão que também é trabalhador por conta de outrém como empregado de escritório, o seu único crime é não ter dinheiro, e ter a propriedade no Alentejo.

Parafraçando um dos trabalhadores da reportagem, também eu pergunto: «Então antes do 25 de Abril os trabalhadores não chegavam e agora são de mais?» O signatário poderá afirmar que a propriedade de «Rio Mendes» emprega agora o mesmo número de trabalhadores que empregava regularmente antes do 25 de Abril.

Germano de Assunção Carneiro
Lisboa

Os trabalhadores foram enviados para a sua propriedade «Rio Mendes» pela Comissão Distrital, composta por um técnico do Instituto de Reorganização Agrária, por um representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e por um membro da ALA (organização que representa a classe dos proprietários). O repórter, quando se deslocou a Évora, assistiu a uma reunião da Comissão Distrital, onde pôde verificar que os seus membros só enviavam trabalhadores para as propriedades após inspecionarem o estado das terras e a situação financeira dos seus proprietários, deparando com algumas dificuldades, visto a Repartição de Finanças se negar por vezes a facultar certos dados.

Se o nosso correspondente não reconhece autoridade à Comissão Distrital e se sente vítima de qualquer prepotência, é à própria Comissão que deve dirigir-se e não ao Correio do Povo, que se limitou a relatar os factos tal como foram apresentados pela Comissão e confirmados pelos próprios trabalhadores. O Sr. Carneiro lamenta o facto de o repórter «não ter procurado ouvir a outra parte interveniente o patrão», mas essa afirmação é inexacta, pois por ser difícil contactar com os proprietários, que não se encontravam no Alentejo, o repórter dirigiu-se à ALA, cujo presidente, dr. Rebocho, se encontrava igualmente ausente.

Gostaríamos de saber quem deveríamos ter contactado.

Pedimos entretanto as nossas desculpas por nos termos enganado no seu nome.

Cultura popular

Todos nós podemos dizer alguma coisa daquilo que nos aflige e portanto não pensar em grande literatura porque

não temos conhecimentos para isso, mas cada um escreve como sabe; julgo que deve até ser muito engraçado. Por vezes nos nossos assuntos não sabíamos a quem nos dirigir e tornava-se um pouco embaraçoso expor esses mesmos assuntos. Agora fica o Povo com a revista e todos com certeza irão colaborar nela, escrevendo cada um como sabe e como há dias um dos nossos escritores disse: que para termos cultura, ou isto é, todos nós temos a nossa cultura, e portanto não só as pessoas que frequentaram as universidades são pessoas cultas, nós, Povo embora com uma cultura mais pobre, vamos fazer alguma coisa. E quando aparece alguma coisa que traga algo que interesse, eu também dou a minha colaboração.

Adelina de Almeida Castro dos Santos
Miranda do Corvo

Cultura mais pobre, não! Esse alguma coisa» que a senhora diz que o Povo vai fazer, é aquilo que dará a Portugal uma cultura viva e livre e fará de nós um País descolonizado culturalmente.

**Nem dinheiro para comprar
nem cultura para perceber
nem tempo para ler**

Tenho 64 anos, moro numa aldeia igual a tantas deste país, que não dispõe de estrada decente, de telefone, onde não há uma única televisão, em que não existe um café ou qualquer outro local de convívio e onde apenas 6 habitações dispõem de casa de banho.

Aqui não chegam os jornais.

Não temos possibilidades de os comprar, nem cultura para os perceber, nem o duro trabalho dos campos nos deixa tempo para os ler.

Li os n.ºs 2 e 3 do *Correio do Povo*. Acho que é mesmo o correio do Povo. Não nos fala de inaugurações com banquetes quando muita gente tinha fome, não fala de grandes obras quando muita gente vive em barracas, fala dos problemas do povo em vez de servir graxa a quem governa.

O *Correio do Povo* é a causa mais sincera do pouco que tenho lido.

Manuel Simões Apolinário
Pereiro de Baixo — Chão de Couce

(Rectificação)

Na reportagem que publicámos no 1.º número e, posteriormente, numa carta que nos foi escrita pela professora primária de Sarzedas, eram referidas declarações prestadas pelo encarregado da Biblioteca Itinerante da Fundação Gulbenkian. As declarações foram-nos de facto prestadas, mas pelo ajudante do encarregado e não pelo encarregado. Aqui fica a rectificação.

Portugal não é só Lisboa

Por terras de Trás-os-Montes, do Minho, do Douro e das Beiras

Diz-se que a notícia do 25 de Abril ainda não chegou a terras de Trás-os-Montes, Minho, Douro e Beiras. É um erro: a notícia chegou. O resto é que não. E o resto é quase tudo.

Diz-se, ainda, que o transmontano, o minhoto, o duriense, o beirão são reaccionários. Erro maior e, por outro lado, extremamente cómodo. O homem nortenho tem, por certo, um instinto de propriedade porque

é, a maior parte das vezes, dono de um naco de terra. Nem por isso anda todos os dias de barriga cheia e trabalha 365 dias por ano. Chamar-lhe, por isso reaccionário, é muito fácil. Mais difícil é ajudá-lo a sair da miséria e do abandono em que vive.

Achámos nele, ao longo desta viagem, mesmo nos lugares mais atrasados em que estivemos, a inteligência clara dos seus direitos e necessidades, a consciência da exploração de que é vítima mas igualmente a consciência de que é ainda muitas vezes junto do senhor que o explora, que encontra alguma forma de subsistência. Ninguém de boa fé poderá pretender que ele troque o, é certo, pouquíssimo que tem pelo nada que, para a sua vida, representam palavras, apenas. Ou promessas.

Nele achámos, ainda, para além da generosidade e hospitalidade que ninguém lhe nega, muita dignidade e, até, alguma arrogância, mesmo quando afirma: «Voto em quem me dá trabalho!»

Trabalho, que é a única realidade que a maior parte dos transmontanos, minhotos, durienses e beirões conheceu até hoje. Para além da miséria, claro.

Reparar a dívida que para com eles o País contraiu, terá que ser a primeira preocupação da Revolução Nacional. Sem o que ela não será revolução.

De Lisboa a Valverde

De Lisboa até ao Porto, 300 e tantos quilómetros. são 4 horas de comboio.

Para ir do Porto até Valverde, aldeia do concelho de Mogadouro, Trás-os-

1 — Uma resignação feita, porém, de resistência, de força e, mesmo, de humor





2 — A um ritmo de 20 km à hora e quase sem fôlego

Montes, 248 quilómetros pelo caminho-de-ferro, é preciso tomar um outro comboio, da linha do Douro, às 9.20 da manhã, que chega ao Pocinho às 14.52. Se se der o caso, muito raro, de chegar à hora... No Pocinho, muda-se, ainda uma vez, de linha, para uma via estreita. Parte-se às 15.55, desembarcando os passageiros em Mogadouro às 19.34. Da vila até Valverde, cerca de 10 quilómetros, há três possibilidades de transporte, excluindo o carro de bois, o cavalo e o burro: a pé, de táxi (sessenta escudos) e, apenas às terças e sextas-feiras, uma camioneta que vai, aliás, muito brevemente «cessar de fazer essa carreira»!

Por terras altas, terras frias, avança, pois, a esse ritmo de 20 quilómetros à hora e quase sem fôlego para algumas encostas mais acentuadas, o trem da segunda foto. Por terras cultivadas: alguma batata, algum vinho, amêndoa, azeite e mesmo alguma cortiça, apesar de, durante quilómetros e quilómetros, não se ver uma só aldeia, uma casa nem, tão pouco, vivalma.

De carro, a viagem é mais rápida, a estrada principal menos má. Mas o espanto pela ausência humana é ainda, se possível, maior.

Entre Macedo de Cavaleiros e Mogadouro, porém, no desfazer de uma curva, surge, de repente, ao longe, uma casa, no meio do campo. Essa casa da foto 3 que, à medida que o carro avançava, nos aparecia como pode ver-se: abandonada! Como se alguma peste tivesse caído sobre a terra, já de si desolada, de Trás-os-Montes.

Parámos. Entrámos campos a dentro por um carreiro até à moradia que é, como pode verificar-se, de boa construção. Ninguém! Ninguém, igualmente, num abrigo de pastor, escondido da casa abandonada.

Mas quem cultiva, no fim de contas toda esta terra aparentemente não desleixada? perguntámo-nos.

Aldeia de Chacim
«vive-se como calha!»

Uns quilómetros adiante encontramos, enfim, uma aldeia estendida ao

longo do caminho. Numa espécie de praça feita pelo alargamento da estrada, algumas pessoas acabavam o dia dando dois dedos de conversa e assistindo, até, a uma discussão mais acalorada entre dois jovens. A chegada de um carro estranho, o desembarque de gente da cidade armada de material de reportagem, monopolizou, rapidamente, as atenções. E, os que estavam no interior da loja-taverna que dá para o largo, vieram até à porta, à procura do que se passava.



3 — O doutor abandonou a casa. Não lhe interessa. Deixa as terras ao ar

Entrámos na loja, entraram connosco quase todos os presentes.

Aldeia de Chacim: mil e muitos habitantes, há alguns anos; hoje, não mais de umas 600 pessoas. «A emigração, senhor».

— De Macedo de Cavaleiros até aqui não encontramos uma só aldeia!

— Tem uma povoação, mas é desviada do caminho.

— Mas os campos estão trabalhados!

— Nem todos. Vai a gente daqui trabalhá-los. Daqui e doutros sítios. A pé. Quando há trabalho por aqui, são dois ou três quilómetros de caminho.

Senão, são treze ou catorze. É como calha. Há semanas em que se trabalha todos os dias. Outras vezes, passa-se semanas inteiras à boa vida.

— E vive-se de quê?

— Do que calha. Temos alguma batata, algum azeite, o centeio e o trigo é pouca coisa. Mata-se o porco...

— Encontrei, no caminho, uma casa abandonada...

— É do senhor doutor Aníbal Silva. Abandonou-a. Há muitas assim. É rico, dono de meio Chacim. Não lhe interessa, deixa as terras ao ar. Diz que é caro cultivá-las. E nós andamos quantas vezes para aqui sem ter que fazer.

— Quanto ganham por dia!

— 110 escudos. Quando trabalhamos.

— Mas comem.

— Ah, comem! Temos direito a um litro de vinho. E, a partir de agora, só meio.

— Já foram contar esta situação ao presidente da Câmara?

— E quem era capaz de lá ir, senhor?...

— Ele é médico, o dr. Aníbal?

— É sim, senhor. Mas não exerce. Também é meio doente.

— E quando estão doentes, como fazem? Há outros médicos, aqui?

— Não há não, senhor. Temos que ir a Macedo de Cavaleiros. Que eles não vêm cá. Eu tive a minha mulher doente e o dr. Pimentel não veio. Disse que alugasse um carro e fosse lá.

— Precisava de apanhar com uma cadeira nos queixos, esse dr. Pimentel. Eu também tive que lá ir. Precisava de tirar uma radiografia e ele recusou-se. Tive que ir dali para Mirandela. Mas o médico de lá não estava no hospital. Andava com a saliva que não era capaz de a engolir e disse ao meu rapaz: atesta-me o depósito do carro que vamos para Chaves. Fomos ter com o



4 — Em vez de riacho ou ribeiro, é um esgoto

senhor doutor, no hospital e o raio X foi tirado. Depois fiquei bom. Esse dr. Pimentel disse ao meu filho: só atendo na segunda-feira. É o que lhe digo, pode pôr lá: precisava de apanhar com uma cadeira nos queixos. Está um homem a morrer e ele não quer saber.

«Precisava de apanhar com uma cadeira nos queixos», assim se referia o «tio Maravilhas» ao dr. Acácio Pimentel. De passagem por Macedo de Cavaleiros, no regresso do concelho de Mogadouro, procurámo-lo. Sem sucesso. «Saiu, de carro, com a família», informaram-nos. E não podemos, dessa forma, pôr-lhe as perguntas evidentes que desejávamos.

«Está tudo como dantes»

Adiante, Mogadouro. E, no dia seguinte, de manhã, Valverde.

Porquê Valverde? Ao longo desta viagem por Trás-os-Montes, Minho e Beira não nos moveu a vontade de escolhermos os lugares nem as populações mais protegidas ou desprotegidas.

Interessou-nos, sobretudo, colher uma imagem correcta e justa dessas províncias portuguesas que, isso é um facto, o fascismo esqueceu mais do que quaisquer outras. Se formos a Valverde, é porque lá estava programada uma sessão de esclarecimento do MFA e nos pareceu importante registar a imagem dessa aldeia antes e depois da sessão. Por razões que desconhecemos, o MFA não apareceu. A imagem que colhemos aqui fica, contudo.

Valverde é uma aldeia, «uma das melhores do concelho de Mogadouro», assim no-lo disseram, com 450 a 500 habitantes, depois da enorme sangria que a emigração também por lá fez.

Poderíamos descrevê-la dizendo que vive exclusivamente da cultura da amêndoa, do azeite, da batata, do vinho e pouco mais. Da cortiça, tam-

bém, um pouco. Que todos os seus habitantes são pequenos proprietários — «a terra está repartida», dizem — ou jeireiros, estes em pequeno número, ou rendeiros. Muitos dos habitantes de Valverde são, aliás, proprietários, rendeiros e jeireiros simultaneamente!

Para além de que existe no concelho o chamado sistema de «torna-jeira», que significa que uns ajudam os outros, em troco de ajuda, igualmente. Num sistema quase comunitário, pois a produção mal chega para o consumo, muitas das vezes, e a possibilidade de troca por dinheiro é tão limitada que a solidariedade humana acabou por tornar-se a melhor unidade de troca!

O que nos levou, sobretudo, desta vez, a terras transmontanas, minhotas ou beirões foi, porém, o desejo de saber em que condições de higiene e, consequentemente, de saúde, viviam essas populações. E os nossos olhos,

em vez de descerem, pela rua principal, o pequeno vale inclinado que é Valverde, foram-no descendo pelo caminho quase paralelo por onde se arrastam umas águas quase paradas que, em vez de riacho ou ribeiro, não são mais do que um esgoto! Um esgoto aberto, que atravessa, do alto ao baixo, toda a aldeia, onde cada um, de manhazinha, antes de largar para o trabalho, despeja o balde, quando não foi satisfazer as suas necessidades «a monte», como dizem. É esse o riacho da foto 4, portador de maleitas epidémicas, como o tifo, por exemplo, de que muito se queixa a região.

Poderíamos dizer que Valverde tem cinco telefones, quatro privados e um público: oito aparelhos de televisão; uma meia-dúzia de frigoríficos, o que é, aliás, excepcional para a região, onde a luz eléctrica é rara. Poderíamos acrescentar que lá não chegam praticamente jornais. Mas importante, sobretudo, nos parece contar que essa aldeia, como tantas outras, não tem água, que as pessoas devem ir buscá-la num poço, o da foto 5, uma água não potável, mas que é a única que há.

— Como se lava, pois, a gente de Valverde?

— Temos um cântaro dessa água em casa. Lavamos a cara e as mãos. O resto, passamos meses sem lavar.

Contar, também, que muitas das casas são como essa que mostramos na foto 6. Com esse ribeiro de imundície à porta. Contar a escola, onde foi instalada nas retretes uma canalização, à espera de água que nunca chegou.

Dizer que em Valverde homens e mulheres trabalham de sol a sol 365 dias por ano, sem domingos nem feriados nem dias santos.

— A minha mãe nunca saiu daqui, nunca viu um comboio, sequer — disse-nos António Pires, o professor primário, natural da aldeia. — E o meu



5 — Água não potável, mas é a única que há

pai foi comigo duas vezes a Vila Real. E uma ao Porto, infelizmente...

Infelizmente! Porque, de Valverde, só se vai ao Porto por razões de doença grave. «Para ir à faca».

Assim se vive em Trás-os-Montes, concelho de Mogadouro.

— E já não é nada como há vinte anos — conta-nos Augusto Carvalho Afonso. — Na minha terra, eu sou de uma aldeia perto daqui, quando um cachopo chegava aos 12 anos, o pai dava-lhe um burro, uma manta, uma «remana» e quinhentos mil réis...

— Uma remana?

— Sim, uma remana. Uma espécie de balança para pesar a mercadoria, peles e outras coisas. E o cachopo ia à vida. Era na mesma filho mas pagava pensão para ficar em casa, quando por lá vinha. Eu corri assim todas as aldeias do concelho. Negociava em peles.

— Vendia as peles ao seu pai?

— Vendia-lhas quando ele mas pagava bem. Se outro desse mais, vendia a outro. Assim me fiz homem, a comer em tavernas e a dormir em palheiros. Mas era a maneira que os pais tinham de obrigar os filhos, logo de início, a conhecer a vida. A nossa terra é pobre!

Pobre, miserável mesmo. «Vai-se comendo mas o que se ganha com o trabalho, não dá para mais.» Essa miséria acompanha-se de alguma resignação. Uma resignação feita, porém, de resistência, de força e, mesmo, de humor. De que o velhote da foto 1 é exemplo típico.

— Como se chama o senhor?

— Domingos Frade.

— Quantos anos tem?

— Não sei.

— Nasceu em Valverde?

— Não, senhor. Mas vim para aqui de garoto.

— Com os seus pais?

— Não, senhor. Eu não tive pais. Não me lembro. Vim sozinho. Trabalhar. Trabalhar sempre.

— Casou-se aqui?

— Pois claro que casei. Arranjei uma choila e casei-me.

— Teve muitos filhos?

— Ela é que os teve. Uns sete ou oito.

— Não sabe ao certo?

— Não sei, não. Alguns estão para o Brasil.

— Ainda trabalha?

— Agora não, senhor. Há dois anos.

— E o dinheiro para viver?

— Dinheiro, é que é duro. Estou reformado. Recebo três notas e meia.

— E dá?

— Tem que dar.

Na foto 1, ao lado de Domingos Frade, uma criança olha, temerosa, na máquina do repórter, um mundo que lhe é desconhecido. Necessário e urgente é evitar-lhe uma vida futura idêntica à do simpático velhote. Diz-se em Lisboa que a notícia do 25 de Abril ainda não chegou a aldeias como esta

de Valverde. A notícia chegou. O que não chegou, foi todo o resto. Nada foi feito, ainda, por essas terras transmontanas nem pelas suas populações. Se a isso acrescentarmos um ano agrícola com excedentes, sobretudo de amêndoa por escoar, a estragar-se, poderemos compreender por que é que tantos transmontanos dizem que o 25 de Abril não serviu para nada. «Está tudo como dantes. Ou ainda pior.»

— Estamos já com outra colheita à porta e ainda não vendemos 3 mil arrobas. No ano passado vendemos a arroba a 1 500 escudos. Este ano a 900!

— Já pensaram em organizar-se numa cooperativa?

— Eles lá em Mogadouro falam nisso. Que a arranjem. Nós seguimos.

Governador-civil de Vila Real:
«Ainda não fizemos nada».

Nada foi feito. E o ano foi mau, agricolamente.

— Senhor Governador, vou amanhã à aldeia de Travancas. Recebemos, no *Correio do Povo*, uma carta da Junta de Freguesia dando-nos conta das enormes dificuldades em que vivem. Se lá me disserem que o governador civil ainda não fez nada por Travancas, o que quer que lhes responda?

Estamos em Chaves, em casa do dr. Montalvão Machado, Governador civil de Vila Real.

— Diga-lhes que é verdade. Ainda não fizemos nada. Continua a haver uma grande centralização, a nível da capital. Ainda nos regemos todos, governadores civis, presidentes das câmaras e, mesmo, os presidentes das juntas, pelo velho código administrativo, que só atribui poderes burocráticos. Denunciar os problemas, por si só, não chega. É preciso ter, para além disso, capacidade para resolvê-los. E é aí que falhamos. As câmaras estão endividadas, a maioria das câmaras de Trás-os-Montes têm um rendimento anual que anda à volta de mil contos. Isso mal chega para pagar aos funcionários.

Por outro lado, nós ainda não conseguimos passar do sector primário, não temos indústrias, podemos dizer que todas as pessoas estão directa ou indirectamente ligadas à Lavoura. Ora a rentabilidade do sector primário é, como sabe, baixíssima.

— Como melhorar as condições económicas das câmaras e conceder-lhe maior autonomia financeira?

— Essa questão já foi debatida, há uns quatro ou cinco meses, com o Ministro Costa Brás. Pensava dar-se maior independência às câmaras, porém as necessidades são tão grandes que, por maior que seja essa ajuda, ela revelar-se-ia insuficiente.

— E qual a autonomia financeira dos Governadores civis?



6 — Viver com um ribeiro de imundície à porta

— Essa autonomia não ultrapassa algumas dezenas de contos, que permitem ao governador, e é o que acontece normalmente, ajudar uma associação qualquer em dificuldade ou dar uma taça para uma competição desportiva...

— As condições de higiene das populações transmontanas são insuportáveis, temos estado em zonas onde há tifo e outros males endémicos...

Como médico, conheço esse problema há muito tempo. Mas não é só um problema de higiene, é preciso habituar também as pessoas a respeitar um certo número de normas. E tudo isso vai ser muito difícil.

Pai, mãe e sete filhos!

Travancas. Aldeia a 25 quilómetros de Chaves, no sentido do nordeste, entre Vinhais e a Espanha. 450, 500 habitantes, números após emigração, é claro, vivendo exclusivamente da lavoura: batata e centeio, sobretudo. Quer dizer: a mesma alimentação, por vezes farta mas extremamente insuficiente em matéria de vitaminas, proteínas, etc. E a mesma exigência brutal de trabalho nos campos, de sol a sol, 365 dias por ano.

Na aldeia que visitámos, como em praticamente todas as que visitámos, sem a menor preocupação de escolhermos as mais pobres e, por isso, mais significativas da miséria de tantas regiões nortenhas, não há água canalizada, não há luz eléctrica, não há esgotos. A escola é um barraco, situado num alto. Não tem o mínimo abrigo para as crianças, (numa região em que os invernos são

rigorosíssimos), não tem retretes, e alunos e professora vão satisfazer as suas necessidades no meio das giestas circundantes.

Não há Casa do Povo. Ou melhor, haveria, se a residência construída em tempos para o pároco pela população pudesse ser utilizada. Acontece, porém, que o padre deixou de residir em Travancas, onde só vem dizer a missa, sem, no entanto, ter abandonado a residência, que aluga por cem mil réis por mês, a um guarda fiscal. Sem residência nem sequer a renda que o seu aluguer permite receber, a aldeia não tem Casa do Povo. E foi necessário a extraordinária vontade conjunta de Gustavo Baptista, o actual presidente da Junta de Freguesia, que cedeu para o efeito uma sala da sua própria casa, e de um médico de Chaves, o dr. Maximino Cunha, que vem dar consulta gratuitamente e trás consigo os medicamentos principais, para que Travancas pudesse vir a ter, como tem, um posto médico para os primeiros, e mesmo outros, socorros.

Se não há, porém, Casa do Povo, podemos encontrar na calorosa aldeia raiana casas, muitas casas como essa de que mostramos, nas fotos 7 e 8 o interior. Sem comentários, para além de um só: nela vivem pai, mãe e sete filhos!

Desemprego e subemprego em Amarante

Após Travancas, a próxima etapa era Carvalho de Rei, concelho de Amarante. Carvalho de Rei porque o *Correio do Povo* recebera de lá uma carta de um jovem de 19 anos, trabalhador do campo. Carta essa que transcrevemos, em lugar destacado, no nosso n.º 4. Queixara-se esse amigo, Artur Barbosa Ribeiro, do imenso atraso e isolamento da sua terra. Fê-lo, porém, em termos tão autênticos, precisos e esclarecidos que, para além de comprometer-nos imediatamente com a situação assim exposta, nos causou, devemos dizê-lo, a seguinte estranheza: como é possível que um trabalhador do campo escreva assim! Fomos a Carvalho de Rei. Mas, antes de lá chegarmos, passámos por Amarante, onde num restaurante da vila pudemos conversar, tomando um café, com Cândida Gonçalves, 21 anos, empregada do bar, e com Cândido Teixeira, 30 anos, empregado de mesa.

Cândida Gonçalves começou por dizer-nos:

— O problema principal, aqui em Amarante, é o desemprego. Eu ganho 2 000 escudos.

— Mas o ordenado mínimo é de 3 300 escudos!

— Pois, é, mas nós, aqui, tivemos que fazer um acordo com o patrão, para que não houvesse despedimentos.

E ganhamos menos do que o ordenado mínimo.

— Mas não acha que o seu patrão ganha o suficiente para pagar aos trabalhadores um ordenado de 3 contos e 300?

— De Inverno, não.

— Mas vocês não podem fazer as contas apenas ao que ele ganha no Inverno; e sim ao que ganha durante o ano inteiro. Se ele não ganhasse para pagar-lhes o ordenado mínimo fechava, com certeza, as portas. Não podem ser os empregados a pagar as más estações.

— Ele prometeu dar-nos o ordenado mínimo.

— Tem alguma percentagem no bar?

— Eu, não. Apenas têm os meus colegas empregados de mesa.

— Quanto ganha, senhor Teixeira?

— Ganho 3 300 escudos.

— E tem uma percentagem de 10%, não é verdade?

— 10%, mas só a partir de 3 300. Só a partir daí é que temos percentagem.

— Quanto descontam por mês?

— 400 escudos.

— Sobram-lhe, pois, 2 900 escudos, nos meses em que só ganha o ordenado mínimo. Quantos meses por ano ganha apenas essa quantia?

— Só durante 4 meses é que ganhamos mais alguma coisa.



7 — Aqui vivem...

8 — Pai, mãe e sete filhos!





9 — Cândida Gonçalves: «Ganho 2 000 escudos. Tivemos que fazer um acordo com o patrão para não haver despedimentos»

— Quando está doente, como faz?

— Tenho médico. Não onde moro, em Candemil: aqui em Amarante. Mas tenho que marcar a consulta com pelo menos oito dias de antecedência.

— É casado? Paga renda de casa?

— Sou casado, sim. E pago 300 escudos de renda de casa.

— A sua mulher trabalha?

— Não. Ocupa-se da miúda.

— Restam-lhe, portanto, 2 600 escudos por mês para viver. E você, Cândida, é casada, vive sozinha?

— Sou solteira mas tenho responsabilidades de família. Tenho mãe, a minha irmã, que tem 15 anos e estuda. Pago 1 100 de renda de casa, com a água e a luz vai a 1 300 escudos. Tenho uma outra irmã, que também trabalha e ganha melhor do que eu: 4 500, na Moura Bastos. É com esse dinheiro que salvamos a casa.

— Têm algumas terras?

— Não, tudo o que comemos temos que pagar. Tudo está muito caro. A vida actual, como está, aterroriza as pessoas.

— Você ganha um salário inferior ao mínimo nacional obrigatório. Outros trabalhadores suportam condições idênticas às suas. O que faz, a esse respeito, o sindicato?

— Que eu saiba, nada.

— Diga-me, agora, por favor: onde é Carvalho de Rei?

— É Cândido Teixeira que nos responde:

— Carvalho de Rei! Os senhores vão lá? É difícil lá chegar. Vai o carro todo empinado, parece que vai cair. É uma terra, quem vai para a Régua, à direita,

uns dez quilómetros. Muito atrasada. Ninguém lá vai.

**Nem batata, nem vinho
nem azeite por lá medram**

É, de facto, difícil entender como há gente que vive num lugar como Carva-

lho de Rei. De Amarante até ao alto da serra, é um esperar contínuo que o carro se negue a avançar e se meta a deslizar, de marcha atrás, pela encosta abaixo.

Enfim, já muito longe, lá muito no alto, quase junto ao céu, quando já ninguém espera encontrar casas nem gente, é Carvalho de Rei.

Uma comunidade de 450 «almas», vivendo exclusivamente da agricultura — centeio e milho — e da criação de algum gado. Em plena montanha, nem a batata, nem o vinho nem o azeite por lá medram. Com o arroz, são esses os produtos que os habitantes de Carvalho de Rei têm de comprar, com o dinheiro que lhes resta da venda de uma ou outra junta de bois.

«Se juntar todo o dinheiro de Carvalho de Rei, não faz 100 contos. E, quando o arrozito ou a batata falham, o lavrador agarra num alqueire de milho, vai ao moinho, esmaga-o e faz uma papa, que é o que come.»

Carvalho de Rei não tem luz, não tem esgotos, não tem água nas casas, não tem televisão, não tem rádio — a não ser um ou dois transístores — não recebe nenhum jornal, a não ser a *Flor do Tâmega*, de Amarante. E uma grande parte da população não sabe ler.

— Eu, paguei 5 escudos a um senhor muito inteligente, que sabia ler e escrever, tinha a quarta classe, para me ensinar as letras — disse-nos o dono da única loja da terra.

Na aldeia não há transportes públicos para Amarante. E, quando alguém está doente, é preciso chamar um carro de praça. Duzentos mil réis! «O médico, para vir aqui, são duzentos escudos de



10 — A rua principal de Carvalho de Rei

dia e trezentos à noite. Ninguém aguenta.»

Não há posto médico, não há botica, «temos o ar, que é bom, que é o que nos vale. Não é com o que comemos que podemos suportar tanto trabalho!»

E o jovem trabalhador de 19 anos, o Artur Barbosa Ribeiro?

— Ah, o Artur, ele não está aqui. Ele estuda no Porto, no seminário.

Estava desfeito o pequeno mistério.

— São os padres que o ajudam nos estudos. Mas, quando cá está, nas férias, trabalha tanto como os outros. Ajuda a mãe e o pai. Olhe, a mãe vem ali, por acaso.

Falámos com ela. E essa senhora, da foto 10, que sobe o caminho que é a rua principal da aldeia. Pareceu-nos desconfiada. Como, aliás, todas as outras pessoas com quem falámos em Carvalho de Rei.

Já em Lisboa, recebemos uma carta de Artur Barbosa Ribeiro, que nos diz:

«Por volta das 19 horas do dia 23» — um dia após a nossa passagem por lá — «cheguei a Carvalho de Rei e fui surpreendido por uma agitação estranha, que era anormal verificar-se nas pessoas. Contaram-me tudo e, pouco a pouco, fui reconhecendo o significado de tudo isso. Tudo começou quando, no dia anterior, uma equipa de reportagem do *Correio do Povo* aqui apareceu... Quando aqui estiveram não sei se notaram uma perturbação nas pessoas que, receosas e inquietas, ocultaram-lhes, por isso, factos concretos. Estas reacções, bem comuns das pessoas transmontanas, traduzem sintomas dos que, como vítimas, tiveram de suportar «doenças» impregnadas pela sociedade e pelo meio em que vivem. A realidade é esta e, por isso, não podemos imaginar outra.»

Relativamente à sua primeira carta, Artur explica:

«Nas férias, não me considero estudante mas camponês. Sou trabalhador do campo e considero-me como tal. Sou-o a tal ponto que me esqueço que sou estudante. Confundo-me com os meus conterrâneos, que não falaram como eu falo porque estavam habituados, ao longo dos anos, a calar tudo e a engolir tudo, até os gestos de cólera e de vingança.»

Deixámos Carvalho de Rei, por carreiros de montanha que conduzem lá para as bandas de Baião, numa paisagem de outro mundo, sob uma chuva impenitente que não poupava o rapazito de 13 anos, já pastor, que, desabrigado, como o podemos ver na foto 1, guardava um magro rebanho de cabras e bois. E deixámos essa terra com o sentimento de que todas as palavras revolucionárias do mundo podem pouco perante tal realidade. Se não passarem de palavras.

— E os partidos políticos? As eleições? Perguntáramos, antes de partir.

— Oh meu senhor, aqui andamos a treinar-nos para ver se somos capazes

de pôr a cruz dentro de um dos quadrados do voto. E há muitos que não são capazes!

Com a mulher às costas para o médico

De Parada de Gatim, Vila Verde, Minho, escrevera-nos Fernando Dantas, dizendo que «O Minho não é Espanha!» E que seria «bom que também façam reparo» pela sua freguesia. De passagem para Braga, procurámo-lo.

— Trabalha numa obra, lá para cima.

dizer senão o nosso sentimento da responsabilidade incorrida por esta revista e por quem a faz? Porque, quanto ao mais, Parada de Gatim, que também não escolhemos por outra razão que não fosse a de nos ter sido indicada pela carta do nosso amigo Fernando Dantas, é uma aldeia como as tantas que visitámos: não tem água, não tem luz eléctrica, não tem o mínimo saneamento básico, as mulheres não são assistidas nos partos, não têm médicos senão a sete quilómetros de lá, a consulta tem de ser marcada com pelo menos oito dias de antecedência. Sofreu uma sangria populacional imensa com a emigração e quem ficou trabalha tal como Fernando Dantas que labuta



11 — Português, pastor, 13 anos. Sob a chuva, que não se vê na foto

Fernando Dantas, servente de pedreiro durante o dia, sapateiro à noite, surge das paredes ainda em tijolo de uma casa em construção.

— Boa tarde. É o senhor Fernando Dantas? Será que pode dar-nos uma informação: aqui é Espanha?

Olhou-nos, intrigado. Pouco a pouco, porém, os seus olhos foram revelando que entendera. E desanuviaram-se num brilho que nos pareceu entre espantado e feliz.

— São do *Correio do Povo*?!

Para além desta nota sobre o sentimento misturado de espanto e, é preciso dizê-lo, alguma felicidade, que encontramos em tantos olhos, ao verem chegar, de Lisboa, para onde escreveram uma carta quantas vezes desesperançada, uma resposta viva, que mais

das 8 da manhã até às 6.30 da tarde como servente e, em seguida, até à meia-noite, 1 da manhã, de sapateiro. Ganha-se, na construção, 80 escudos por dia, 50 na agricultura. Dantas ganha uns 40, à noite, na sua arte! Vive num alto e, quando a sua mulher, uma noite, ficou doente, teve que trazê-la às costas até à estrada. «Não vai um carro, nem de bois, lá em cima!»

O arcebispo de Braga não dá entrevistas!

De Parada de Gatim, fomos até Braga, onde pretendíamos encontrar-nos com o arcebispo Primaz. Após termos lido, numa nota do dia 15 de Abril último, do correspondente em

Braga do *Diário de Lisboa*, que essa autoridade eclesiástica havia condenado os partidos da coligação governamental, inclusive o PPD, porque também ele «tem como objectivo supremo instaurar no nosso país uma sociedade socialista», para terminar por afirmar, a respeito dos programas do CDS e do PDC: «Apesar de termos procurado diligentemente, não encontramos, no Programa e na ideologia, destes Partidos, nada em desacordo com a doutrina da Igreja. Ao invés, tudo nos parece, em teoria e de facto, em perfeito acordo.», parecia-nos urgente, sobretudo após todo o espectáculo de miséria a que assistíramos e que foi o legado que nos deixou o regime fascista, de que esses partidos são hoje a expressão, pôr-lhe a seguinte questão:

— O senhor condenou publicamente os partidos da actual coligação, muito em especial os partidos marxistas, a respeito dos quais afirmou: «Ante o marxismo, a Igreja pronunciou-se dogmaticamente e com uma condenação moral que acarreta uma sanção canónica: a excomunhão...», numa *Carta ao*

clero e fiéis da diocese, de 14 de Novembro de 1974. Entende, por outro lado, que os programas do extinto PDC e do CDS estão em total concordância com a doutrina da Igreja, sendo dito no *Diário do Minho* que «a concordância de um programa com os ensinamentos sociais da Igreja é, para os cristãos, um dos principais critérios de opção partidária». Pediu, concretamente, aos cristãos, que constituem parte enorme da população portuguesa e que sofreram, tanto como os outros, a exploração e a repressão fascista, que votassem nos dois partidos que representam essa exploração e essa repressão. Duas perguntas: entende que algum desses partidos, se chegasse ao poder, poderia resolver os problemas do povo português e associa definitivamente a doutrina da Igreja à ideologia de um ou outro desses partidos?

O Senhor Arcebispo não estava. Disseram-nos que chegaria por volta da sete e trinta. Esperámos, no jardim, muito bem cuidado, aliás, do Arcebispo. Numa moto chegou, entretanto,

um padre que se nos apresentou, como sendo Fernando Carvalho Rodrigues, secretário do arcebispo, e redactor do *Diário do Minho*, dizendo-nos, terminantemente, que o D. Francisco não nos receberia. Respondemos-lhe que aguardaríamos o arcebispo, pois nos haviam dito que chegaria às sete e trinta. «Podem esperar até às sete e trinta de amanhã de manhã que não o verão!»

Esperámos, contudo.

— O que querem do senhor D. Francisco?

— Falar com ele. Pôr-lhe uma pergunta.

— Não responderá. Sou eu que vo-lo digo.

— Aguardaremos.

O tempo foi passando. O arcebispo não chegava, de facto.

— O D. Francisco não dá entrevistas a ninguém, continuava o padre-secretário-jornalista. Digam-me o que querem, que eu respondo-lhes.

Lemos-lhe a pergunta que pretendíamos pôr ao arcebispo, fazendo referência à nota do *Diário de Lisboa*.

— Isso é mentira. É uma inventona.

— Porque razão esta nota não foi desmentida, nesse caso.

— Ainda não foi, mas será. O Senhor Arcebispo vai, de resto, processar essa gente.

— E que é que o senhor tem a responder à minha pergunta?

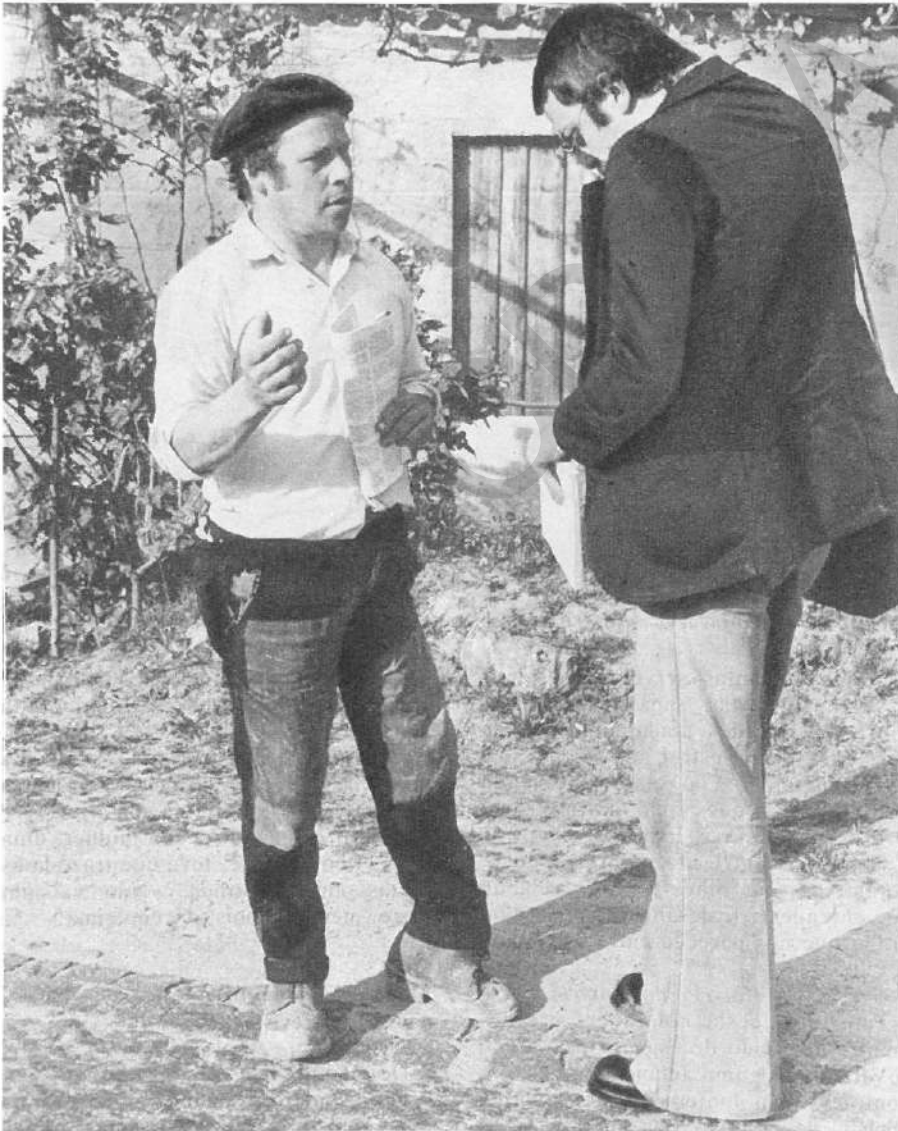
— Nada. Dizem que eu sou reaccionário. De resto, já respondi a um dos artigos do *Correio do Povo*, no *Diário do Minho*. Um artigo muito parcial, onde dizem que a Igreja é reaccionária.

— Agora é a nossa vez — retorquimos — de dizer que o senhor mente. — Tínhamos connosco a revista em que o artigo em questão fora publicado e lemos-lhe: «... o norte do país, região em grande parte influenciada por um clero tão conservador como o padre da peça — *As espingardas da mãe Carrar* — cujo papel nas vidas das populações, sobretudo as rurais, tem sido quantas vezes, reaccionário.» Em grande parte e quantas vezes, não quer dizer sempre. Nós sabemos que há padres progressistas, felizmente.

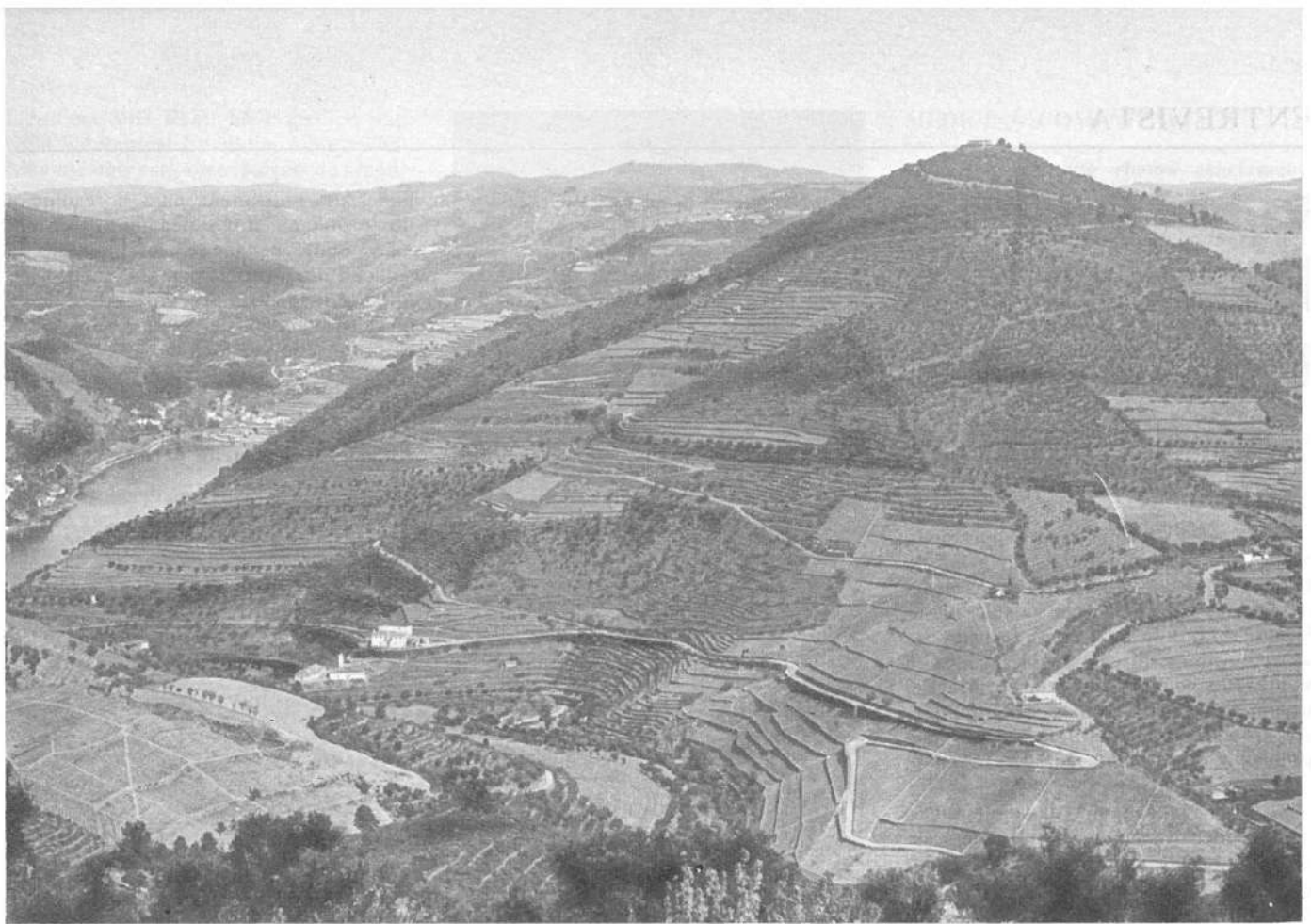
Lemos, já de regresso, a nota de crítica publicada no *Diário do Minho* de 10 de Abril, cujo título é: «Mais tento!». Após transcrição da parte do texto que acima deixamos, o padre Fernando continua, nos seguintes termos:

«Quer dizer! Não vamos responder na mesma moeda a quem, com tanta injustiça e parcialidade, ousa caluniar toda uma classe de cidadãos de todo o norte do país, de certeza credora de muitas mais benemerências e gratidão da parte das «populações» do que o ignaro anónimo que tal ousou inventar.»

Sem comentários!



12 — Fernando Dantas: servente de pedreiro durante o dia, sapateiro à noite: 120 escudos por um dia de 16 horas de trabalho!



13 — «Port-wine é o vinho dos ingleses. Chamam-lhe sol engarrafado. Mas só os durienses sabem o preço das tragédias e heroísmos que viveram para o criar. Fazer um astro com as mãos é tarefa de gigantes». (Alves Redol, em Horizonte cerrado)

Não encontramos o arcebispo Primaz de Braga. O padre Fernando foi-nos empurrando até ao portão da magnífica residência arcebispal, em cujo muro exterior surpreendeu a seguinte frase: «Abaixo os padres reaccionários».

Antes de fechar-nos o portão, chamou o jardineiro e comandou:

— Oh fulano, tira-me já dali aquela porcaria.

Eram 8 horas. Deixámos Braga.

«Port-wine é o vinho dos Ingleses» já o dizia Alves Redol

De regresso a Lisboa, passámos por terras do Alto Douro. Por esses vales de pedra xistosa que o homem transformou, com as suas mãos, num impressionante «monumento».

Terra excepcionalmente rica. «Só isso que se vê daqui dá, por ano, vinho no valor de muitos milhares de contos!», disse-nos Jacinto Guimarães, pequeno proprietário de Valença do Douro, que desfruta, da sua varanda, a maravilhosa paisagem da foto 13, com o Pinhão ao fundo.

Terra rica, o Alto Douro. Rica, porém, agricolamente, de uma só riqueza, o vinho, «o melhor do mundo», dizem. Embora rica, ainda, em minério de ferro, volfrâmio, estanho, ouro; e produtora de 50% da energia hidroeléctrica nacional. Vítima, contudo, de grupos monopolistas, em grande parte

de capital estrangeiro, que dominam de tal modo o comércio do vinho que, e isto é apenas um exemplo, em 1964, ano especial para a exportação, o chamado *vintage*, foi então vendido a 3 500 escudos a pipa e, agora engarrafado, vende-se esse mesmo vinho por cerca de 200 contos! Assim se vêem os trabalhadores do Douro, e das zonas circundantes, que representam uma mão-de-obra de alto valor, uma das principais riquezas da região, aliás, espoliados do que deveria ser o seu haver e não o de intermediários monopolistas, ainda por cima, na sua maior parte, estrangeiros!

O Alto Douro deixa, todavia, no visitante, uma impressão profunda, que é a certeza, perante tal obra, em que cada metro quadrado de terreno tornado arável chegou a custar 80 e mais contos de réis, em outro tempo, de que o homem pode mais do que aquilo que podem contra ele. E disso o Alto-Douro é a prova indelével mesmo se os seus obreiros ainda são explorados, como sabemos, por senhores que são quem sabemos.

Sobre esta nota de esperança deixámos o norte do país, apesar das palavras do governador civil de Viseu, eng. José Manuel Almeida:

«Julgo que não há possibilidade económica de levar água, de levar postos médicos a muitas povoações beirãs, e outras, de sessenta, setenta fogos, mas sim levar-lhes uma estrada e um telefo-

ne, para que elas venham abastecer-se a outros centros. Creio, mesmo que, com o andar do tempo, e porque essas terras são, de uma maneira geral, muito pouco produtivas, essas populações, excessivas em relação à produção, serão levadas a abandonar, por elas próprias, essas regiões, deslocando-se para outras mais ricas».

Estará aí a solução para os problemas dessas populações? Ao acaso de uma das nossas mais recentes leituras, «Perspectivas de libertação do nordeste transmontano», de Modesto Navarro, edição da Prelo Editora, podemos achar, na frase que a seguir transcrevemos, uma outra dimensão para a solução do problema:

«O nordeste transmontano tem potencialidades de transformação em alto nível; desde as suas riquezas minerais (minas de ferro de Moncorvo e outras), às possibilidades de dinamização do sector industrial partindo das riquezas agrícolas e não só, à reforma agrária, cada vez mais necessária com vistas à fixação da massa de trabalhadores emigrados que não se desenraizaram por completo, e ainda ao aproveitamento das belezas naturais, tendo em vista o turismo (e outras potencialidades), são pontos de partida privilegiados que permitirão varrer-se decisivamente com o obscurantismo e com a miséria de entre as camadas da população mais atingidas e implantar definitivamente o regime democrático.»

Em Julho ou Agosto

Entrada em vigor de um plano de descentralização da medicina

— anuncia o Secretário de Estado da Saúde

CdP — Estivemos em reportagem, muito recentemente, nas províncias do norte do país e constatámos as condições desumanas em que vivem as suas populações, sobretudo no que diz respeito aos aspectos mais directamente ligados à saúde, tais como a alimentação, a higiene, a assistência médica e hospitalar, etc. Começemos, se está de acordo, pelo problema da alimentação.

SES — O problema da alimentação não se põe, actualmente, em termos de quantidade, senão em escassíssimas zonas, nessas que visitaram, por exemplo. A deficiência é, sobretudo, qualitativa, quer por falta de riqueza dos alimentos ingeridos quer por desequilíbrio na composição da dieta. Deficiência de proteínas, vitaminas, etc. Mas existe, igualmente, um outro problema de fundo que é de ordem cultural e educacional: é necessário reformar as mentalidades. Muitas dessas populações oferecem resistência a tipos de alimentação mais equilibrados. Considero fundamental essa revolução cultural.

CdP — Falar de revolução cultural é muito bonito. Simplesmente, em muitas dessas regiões, apenas se colhe centeio e milho, é preciso comprar a batata, o arroz, o vinho, o azeite, mata-se um porco, que tem de dar para todo o ano, para famílias frequentemente numerosas. Por outro lado, as disponibilidades de dinheiro são escassas.

SES — Claro que essa revolução tem que acompanhar outras reformas profundas, quer sociais quer económicas. À Secretaria de Estado da Saúde compete, de facto, prevenir a doença, curá-la, mas também, esclarecer as pessoas sobre, entre outros problemas, os da alimentação.

GRAVES CONDIÇÕES DE HIGIENE

CdP — Admitindo que é verdade que os Portugueses vão, melhor ou pior, comendo, põe-se, agora, o grave problema das condições de higiene em que vivem. O que tem o Secretário de Estado da Saúde a dizer a esse respeito, uma vez que os governadores-civis e os presi-



O problema fundamental que se levanta é o do chamado saneamento básico, começou por dizer-nos o Secretário de Estado da Saúde

dentes das câmaras não nos ocultaram a sua impotência?

SES — O problema fundamental que se levanta é o do chamado saneamento básico. É, de facto, extraordinariamente difícil fazer frente a determinadas doenças, nomeadamente as que são transmitidas por via líquida. É evidente que uma parte da população não tem água potável, não tem esgotos, já não digo uma rede de esgotos mas, pelo menos, fossas assépticas. Tive ocasião de falar, a este respeito, com o primeiro-ministro há cerca de uns 15 dias. Porque a resolução desse problema não é só competência desta Secretaria de Estado, mas de outros departamentos governamentais, como as Obras Públicas, por exemplo. Nós temos, porém, hoje, muitas disponibilidades de meios militares, e poderá ser essa a via mais rápida para a solução desses problemas. Juntos, os militares, as Obras Públicas e o sector da Saúde, através dos seus engenheiros e sanitaristas,

poderíamos arrancar para a resolução do problema do saneamento básico. Não pode pensar-se, realmente, na solução dos problemas da saúde, no que diz respeito a prevenção da doença ou à promoção da saúde, sem estes esforços conjugados.

CdP — Mais de 80% da população não tem esgotos. Não tem água potável. 70% dos médicos vivem no Porto e em Lisboa — no distrito de Bragança, por

exemplo, há 1 cirurgião para 140 mil pessoas. Os doentes têm de marcar a consulta médica com, pelo menos, 8 dias de antecedência. Têm de deslocar-se, muitas vezes em condições de transporte inimagináveis e caríssimas, pois há médicos que chegam a cobrar 500 a 1000 escudos por cada consulta a domicílio, quando não se recusam a fazê-la. A mínima doença, somadas as despesas de transporte, médico e medicamentos, obriga o paciente a empenhar-se... Que respostas pensa dar a todas estas, e outras, questões?

SES — Começo por repetir que não é da competência desta Secretaria de Estado a criação das infra-estruturas de que já falámos mas sim fornecer o apoio técnico sanitário. Por outro lado, há, de facto, uma concentração excessiva de médicos nos três principais centros — Lisboa, Coimbra e Porto — onde atingimos proporções de 1 médico para 700 habitantes. A proporção considerada óptima é de 1/1000. Por outro

lado, em Vila Real, há 1 médico para 4900 habitantes! Em Beja, 1 para 3700! Mas mesmo esta distribuição dos médicos está altamente relacionada com factores socio-económicos.

DESCENTRALIZAÇÃO DA MEDICINA

CdP — Como entende promover e realizar a descentralização dos médicos?

SES — Eu tenho neste momento feito, está na máquina, o projecto de decreto-lei que vai reger a descentralização, quer dizer, a distribuição geográfica racional dos médicos, de acordo com as possibilidades de trabalho. Sou de opinião, neste momento, de que é o médico que tem de ir junto das populações e não o contrário, isto no que diz respeito a cuidados médicos de base. Os centros distritais ou centrais ficarão reservados para os cuidados especializados. Nesses casos, é evidente, a população terá de deslocar-se. Vamos começar por descentralizar os médicos. Em seguida, o pessoal de enfermagem e restantes trabalhadores da saúde. Mas, para já, os médicos, que irão dar vida à rede hospitalar distrital.

CdP — De que modo pensa enviar os médicos e outros trabalhadores da saúde para a província? Obrigando-os?

SES — Não. Não irão de modo compulsivo. É muito mais agradável criar medidas que naturalmente os empurrem para lá. Este plano, que levou meses a elaborar, não pretende criar um decreto-lei demagógico, que não seja cumprido, mas que esteja de acordo com a realidade, com a emergência que atravessamos.

CdP — Pode desvendar-nos um pouco o teor desse plano?

SES — Não pretendo guardar segredo. É muito simples: é uma questão de reformulação dos quadros, estipulando que o excedente de pessoal médico, a nível central, será transferido, pelo jogo do preenchimento de vagas criadas distritalmente, para a província.

CdP — Irão os médicos mais novos para essas regiões? No norte diz-se: «Nós de que vamos servir de coelhos...»

SES — Penso que não vai ser assim. É claro que a rodagem na periferia e na extrema-periferia é importante para os mais novos. Mas também a mim me parece injusto que sejam só eles a sacrificar-se. Criaremos, nos centros distritais, unidades de base de apoio que cobrirão os concelhos. Não temos neste momento, possibilidades de fixar equipas a nível de concelho. É comple-



Há muitos médicos que ganham dezenas de contos por um trabalho que, muitas das vezes, nem sequer é feito por eles, mas por assistentes

tamente impossível. Muitos dos hospitais concelhios não passam de centros de internamento. E muitas das sedes de concelho não têm sequer condições de alojamento.

Por outro lado, dinamizar a rede hospitalar distrital provocará uma dinamização a nível central, pois criará uma descompressão do pessoal de saúde, em Lisboa, no Porto e em Coimbra. Este plano permitirá resolver uma parte do grande problema da descentralização, com uma vantagem, que é a de não custar dinheiro.

CdP — Verificámos, contudo, que os hospitais distritais não cumprem, muitas vezes, as funções que lhes atribuí, que mais não seja pela resistência que oferecem as populações à ideia de internamento.

SES — Não há dúvida que a solução do problema da saúde passa por uma mobilização das populações, para que se exerça realmente uma medicina preventiva e a promoção da saúde, para que cheguemos ao que se chama medicina comunitária. Nós todos sabemos como funcionam os nossos hospitais. Temos, pois, que criar melhores condições de internamento e encontrar respostas tecnológicas adequadas. O problema dos hospitais não é só o da falta de técnicos. No que diz respeito aos médicos, eles serão, como já disse, descentralizados para a periferia e, daí, para a extrema-periferia, onde adquirirão a experiência necessária, no que diz respeito a cuidados básicos. Iniciando, desse modo, uma carreira profissional idêntica às actuais carreiras hospitalares, da Saúde pública ou administrativa.

MEDICINA COMUNITÁRIA

CdP — A que chama exactamente «medicina comunitária»?

SES — É aquela que congrega os cuidados médicos de base e, portanto, os cuidados elementares curativos junto da população, a par de medidas de ordem preventiva e de promoção da saúde. Quer dizer, exercendo uma acção pedagógica junto da população. Penso que, para a primeira fase, de arranque, seria muito importante, até, que o médico exercesse, para além da sua função técnica, uma outra não menos importante, de politização. Infelizmente, o preparo sociológico e psicológico de muitos médicos nem sempre é satisfatório.

CdP — Quando começará a ser posto em execução esse plano?

SES — Lá para Julho, Agosto.

CdP — Utilizou, a respeito deste plano, a palavra «mobilização». Mobilização das populações, mobilização dos médicos. Como pagará a esses médicos, como concebe dentro desse plano, a relação entre a medicina comunitária e a medicina privada e pensa ou não regulamentar e controlar os honorários e horários médicos?

SES — No decreto não é referido esse aspecto dos honorários nem se estipulam máximos ou mínimos. Esse é um problema sindical. No que diz respeito a horários, prevemos 6 horas de trabalho diário, 36 horas por semana, fora as urgências. Se os médicos trabalharem essas horas, já é bastante bom, pois esse horário permite a realização das três funções fundamentais: o ensino, a assistência e a investigação. Este decreto lança as bases de uma carreira médica nacional única, o que vem beneficiar muitos médicos que trabalhavam em hospitais onde não tinham definida a sua posição.

Por outro lado, ao contrário do que muita gente pensa, a clínica privada é vantajosa para apenas um sector muito limitado da classe médica. Quanto ao controlo efectivo da previdência, no sector de acção médico-social, ele já pertencia à Saúde, através do Decreto n.º 589, de 6 de Novembro de 1974. Sem isso não é possível controlar toda a hemorragia de horário público e todo o escandaloso negócio estabelecido entre o sector público e o sector privado, nomeadamente no que toca a analistas, electrocardiologistas, electroencefalografistas, radiologistas, etc. que permite que muitos destes indivíduos ganhem dezenas de contos por um trabalho que, muitas das vezes, nem sequer é feito por eles, mas por assistentes, isso vai acabar.

Discurso de COSTA GOMES

1.º de Maio, balanço das eleições e batalha da produção

Mulheres e homens de Portugal:

A liberdade é a pedra angular da dignidade humana, a liberdade é o bem precioso que homens sem sono nem medo ofereceram ao Povo de Portugal.

É, pois, uma grande alegria, digna dos trabalhadores de Portugal, alegria de, pela segunda vez, festejarmos o 1.º

Nas eleições, os grandes vencedores foram o Povo, e a sua aliança com o MFA, o Portugal renovado em transição para o socialismo.

Podem os intelectuais puristas discutir se o Povo votou exactamente o que queria, mas nem os puristas podem negar que o Povo declarou vigorosa-

todos os que se consideram entidades políticas em Portugal.

Estas eleições, na opinião pública mundial que subscrevo, são a maior vitória da Revolução, o selo de ouro que garantiu a proclamada aliança Povo-MFA, confirmou a política de descolonização e sancionou o rumo do socialismo para o Portugal novo.

Perdoai a imagem de militar que sempre serei:

Quem ganha uma batalha passa à exploração do sucesso sem se preocupar em minimizar a vitória só porque entenda diminuta a instrução das suas tropas. Mesmo que a informação pública mantenha a tónica de tecer extrapolações a partir de casos individuais de ignorância total da ciência política, mantereí firme a minha fé na intuição magnífica do Povo que votou no progressismo autêntico e livre dos seus filhos fardados — no progressismo do MFA.

Não considero esgotado o assunto eleições sem uma outra referência justa.

Recordemos a genética quando em leis define que nas espécies vivas existem percentagens menores de indivíduos que se afastam dos caracteres dominantes e constituem franjas limites na curva da distribuição.

Também nas sociedades humanas haveremos de reconhecer formações políticas limites nos dois extremos da distribuição, correntes de opinião menos viáveis, mas que haveremos de respeitar enquanto, reciprocamente, saibam respeitar a sociedade a que pertencem.

Nestas eleições, quem pode negar que haja sido digno o comportamento dos bilaterais extremismos políticos portugueses, no momento em que acima de todas as ideologias colocaram a ordem e a tranquilidade do Povo a que pertencem?

Feliz é a sociedade que tem franjas, mas não formações políticas violentas e aberrativas.



Um aspecto da manifestação do 1.º de Maio, em Lisboa

de Maio com plena liberdade de pensar, de sentir a nossa Pátria, e de traçar os nossos destinos.

Trabalhadores somos muitos, somos todos aqueles que, em troca de uma remuneração, oferecem a força generosa dos seus braços ou a honesta capacidade dos seus cérebros ao serviço de uma sociedade nova.

Pensamento e acção são duas realidades fecundas quando coexistem, qualquer delas quando isolada é um sonho que fenece estéril.

Trabalhador sem horário, sinto-me entre camaradas de trabalho, quando, mais uma vez, presto ao Povo Português o tributo de uma palavra amiga e fraterna.

Não poderia resistir ao impulso de me referir às eleições, sobretudo porque iludiria um dever e uma esperança generalizada.

mente o que não queria, o Portugal de hoje não aceita extremismos, sejam eles das direitas sejam eles esquerdistas.

É uma tentação referir aqui: na comunicação que fiz antes das eleições, sublinhei que o Povo Português sempre decidira com uma consciência intuitiva mais válida do que a de elites amolecidas, e frisei bem quanto acredito no progressismo empírico do Povo que somos.

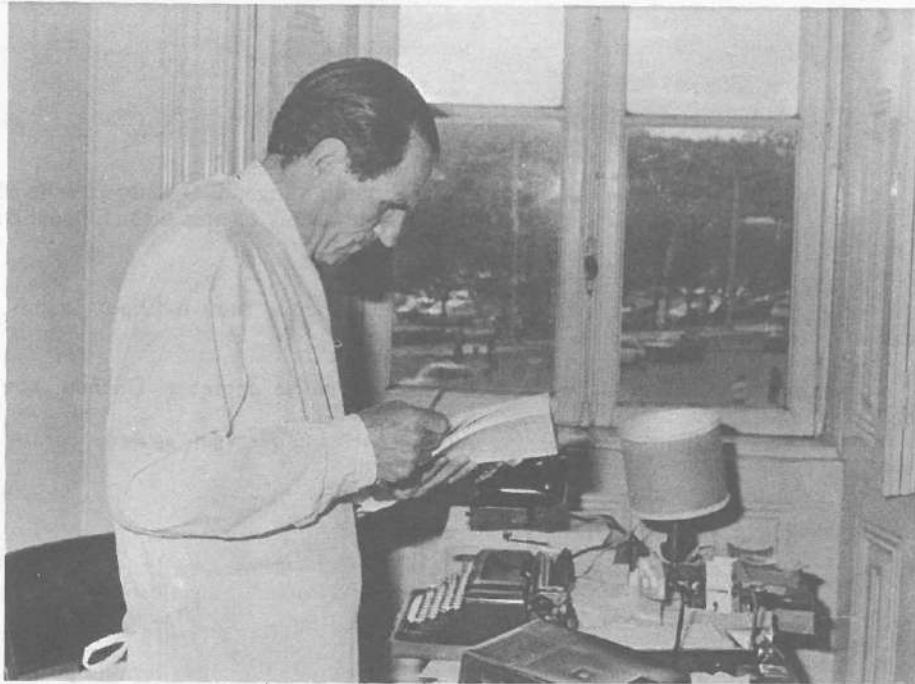
Civismo nas eleições

Nestas eleições, em civismo classificá-lo-ia de óptimo e em intuição de excelente.

Como o nível de exigência é diferente não daria a mesma classificação a

Educação e economia

Já vai longe a dissertação sobre eleições. Vejamos, agora, os problemas maiores que a Revolução terá de enfrentar: educação e economia.



— Reaccionários, os transmontamos! Quem é que disse isso? — espantou-se-nos Miguel Torga. — São os tipos mais progressistas que conheço. Não quero entrar em polémica com ninguém mas leia, num dos meus livros, *Traço de União*, uma análise do carácter, da psicologia dos homens da minha terra. Pode transcrever, se quiser.

«De Sabrosa ao Pinhão, do Tua a Bragança, da Régua a Chaves, do Freixo à Barca de Alva, de Boticas a Montalegre; é o que se vê: sempre o mesmo lençol de fragas e a mesma gente a nascer dele. A força cósmica dos relevos, à máscara vincada das penedias e à largura estimulante dos descampados, corresponde no humano uma fisionomia igual, recortada em granito, máscula, austera, contida e, ao mesmo tempo, animada duma vitalidade fremente e generosa.»

«O destino quis que houvesse no topo da pequena leira lusiada uma costeira onde tudo tivesse carácter e dignidade. Que a vista disfrutasse dali perspectivas originais, que a enxada patenteasse na dureza dos torrões a dureza do aço, que o fole do peito se enchesse por inteiro a cada respiração e que todos os seres nados e criados num tal ambiente estivessem a altura destas premissas.»

Assim o Lopo.

O LOPO

por Miguel Torga

— Perdeste — anunciou sem rodeios o Dr. Canavarro, quando o Lopo entrou.

— Oh, senhor doutor, nem a brincar!

— Perdeste — reforçou o advogado, a fazer balançar o mata-borrão sobre a banca. E acrescentou: — Recebi ontem à tarde a notícia da sentença. Tive de telefonar para Lisboa, e disseram-me do Tribunal.

O Lopo, que desde as primeiras palavras estacara à entrada do escritório, mordeu o beijo por debaixo do bigode espesso, pôs-se a desandar o chapéu na mão, e ficou assim um pedaço. Por fim, lá conseguiu abrir a boca.

— Então perdi?!

— É como dizes.

— Custas e tudo?
— Tudo.
— Bem, pronto, não se fala mais nisso. E muito obrigado. O outro já saberá?
— Não. A notícia só lhe deve chegar de aqui a dois ou três dias. Eu soube-a particularmente.

— Então dou-lha eu...
O velho dr. Canavarro parou de embalar o bloco e fitou o Lopo. Depois, calmamente, perguntou-lhe:

— Tu não estás de mal com ele?
— Estou, mas que tem lá isso? As pazes fazem-se depressa. Ganhou, que hei-de eu fazer? Digo-lho...

— Bem, arranjai-vos lá. Quarta ou quinta da semana que vem, aparece, para se ver quanto deves. Sabes que a justiça não perdoa...

— Há tempo...

— Olha que eles gostam pouco de esperar!

— Esperam...

O Dr. Canavarro, através dos óculos, ia lendo no rosto anguloso do Lopo o significado de cada palavra que dizia.

— Quarta ou quinta — insistiu.

— Pode calhar — respondeu o outro, já com metade do corpo fora da porta.

Era Janeiro, e a manhã parecia de Maio. Um sol branco, diáfano, fazia brilhar as clarabóias da vila, cobertas da geada da noite. Pelas ruas a cabo, gente de sobretudo passava apressada.

— Vamos comer alguma coisa? — propôs o Marrau, que o esperava no estanque do Castro.

— Pode ser.

Nada na figura e nos modos do Lopo denunciava o desespero que o lavrava.

— Em casa da Areias?

— Está bem.

— Se houvesse tripas, é que era! — lembrou o outro, guloso.

— Talvez haja.

Mas não havia.

— Tenho raia — informou a estalajadeira, a limpar as mãos gordurosas ao avental.

— Fumega?

— Isso é cá comigo... — respondeu a velha, num sorriso que fazia crescer água na boca.

— Pois venha ela!

Sentaram-se os dois a uma mesa coberta de oleado aos quadradinhos, e almoçaram como príncipes.

— Vai uma cigarrada? — ofereceu o Marrau no fim, depois de a conta paga.

— Uma vez por festa — aceitou o Lopo, com bonomia. — E deixo-te — acrescentou.

— Homessa! Cuidê! que íamos juntos mais logo...

— Já fiz o que tinha a fazer, e vou andando.

— Eu também pouco me demoro. É só ir às Finanças pagar a décima...

— A repartição não abre antes das duas. Fica-me tarde.

Disseram até logo à saída da porta, e enquanto o Marrau, desapontado, cortou a direita em direcção ao centro da vila, o Lopo meteu pela calçada que levava à ponte e ia acabar na estrada de Carvas.

Pelo caminho, duas léguas bem medidas de serras e de carvalhais, nem o ar lavado das fragas nem a serena calma de tudo conseguiram arredar o Lopo das suas cogitações. Andava ligeiro, aéreo, sem ouvir as tachas das botas de atanado a rilhar o macadame. Mas só por dentro é que ia assim. Por fora, respondeu a todas as pessoas que encontrou e o salvaram, e em Lobrigos, seco dos fumos da raia, bebeu um quartilho, sem que o taberneiro desse conta de qualquer nuvem a turvar-lhe o semblante.

— Então adeus, ti João!

— Adeus, Manuel. Vais-te chegando ao borrarho?

— Não há remédio... — respondeu, já na rua.

Até Carvas foi o mesmo quebra-cabeças. Os montes iam passando, o rio Verdeiro cachou-lhe nos ouvidos, levantaram-se perdizes a dois metros, e o Lopo sempre a andar, calado e sério.



Ilustração de Luis Osório

No Caleirão deixou a estrada e meteu pelas matas. Depois desandou à esquerda, atravessou o souto do Ró e chegou à entrada da mina que lhe fora roubada.

Da boca escura que abrira na fraga, a picareta e a dinamite, Deus sabe com quanto suor, saía um bafo quente como o de quem respira. O cascalho, o saibro e o lodo que arrancara às entranhas da serra tinham ainda a cor e o cheiro de carne dilacerada. E o rego de água que, cauteloso, saía da escuridão, e a cantar se punha a correr pela encosta abaixo, era como que uma veia aberta do seu próprio corpo.

Religiosamente, debruçou-se sobre o regato, meteu nele a mão calosa, encheu-a, e deixou cair em cascata a liquefeita frescura de três meses de trabalho.

— Cá fica... — murmurou.

E ergueu-se. Se aquela visita íntima e secreta o comovera, estava de novo sereno e senhor de si. Pelo menos em casa também a mulher, como os outros, não lhe notou qualquer alteração.

— Já vieste?! — admirou-se ela, ao vê-lo chegar tão cedo.

— Vim... — respondeu, naturalmente. — Arranjei o que tinha a arranjar apenas cheguei, que ficava lá a fazer?

— E então? Que disse o advogado?

— Ainda não sabe nada.

A tarde desceu serena, a esfriar de hora a hora e a levedar um segredo profundo, calmo, de toda a natureza.

— Boa noite!

— Boa noite, senhora Dona Rosa.

Era a professora de Guiães que passava de cadeirinha, empoleirada na burra do Amarante, e o Lopo, depois de corresponder ao cumprimento, voltou novamente a olhar as favas que despontavam no quintal.

— Manuel, posso lançar o caldo?

— Podes.

Entrou, sentou-se, pegou na malga e começou a comer, enquanto lá por dentro continuava na sua labuta. Mas a mulher, que lhe conhecia o feitio ensimesmado, não deu por nada.

— Demoras-te? — perguntou no fim da ceia, ao vê-la avivar o lume.

— Tenho ainda que lavar a louça.

— A modos que me está a dar o sono...

— Mete-te na cama.

A Rita ficou a cirandar pela casa, e quando se foi deitar já o encontrou a dormir, tão imóvel e repousado no seu canto que nem a sentiu.

Ao romper do dia, como habitualmente, ergueu-se ele primeiro. Lavou-se, tirou da arca a costumada côdea de pão, matou o bicho com aguardente, e foi à sala buscar a arma.

— Vou dar uma volta.

— Hoje?! Cuidei que escávavas o bardo...

— Vou... Parece que anda uma lebre na Alcaria...

Ao vê-lo atravessar o quinteiro e sêguir pela quelha abaixo sem assobiar ao cão, a Rita estranhou. Mas não fez mais caso.

Embora o dia começasse apenas a clarear, mostrava já o que viria a ser: ainda mais escarolado de que o anterior, e mais frio. Bom tempo para saíbrar e repor. Não havia memória dum inverno tão seco e tão gelado. Nas poças de água o codo era de palmo.

O carreiro da veiga por onde o Lopo meteu parecia de cristal. E cada passo que dava ia libertando as ervas que o sincelo prendera. Caminhava ligeiro, atento, com a espingarda pendurada ao ombro pela bandoleira, de canos voltados para o chão. Não queria ser visto, e em Carvas a vida principiava cedo. Felizmente, quando a manhã se abriu de todo, e o leque de povo se abriu também nas leiras, já ele se distanciara da zona de perigo.

Situada no termo da povoação, a quinta dos Balaus era uma propriedade vedada, onde o Sr. Casimiro, o homem que lhe tinha roubado nos tribunais a posse da mina, mourejava de sol a sol. Na ocasião, podava à beira da estrada a vinha nova, toda enxertada de moscatel, donde saíam dornas e dornas de uvas, no Setembro. Rico e manhoso, movia montanhas a cavar o dia inteiro, sem ninguém descortinar como conseguia ter Portugal nas mãos quase sem sair da terra.

Do alto da Silveirinha, o Lopo lobrigou-lhe o vulto ao fundo, debruçado, maciço, ainda mal desenhado na penumbra da manhã. Fez de conta que nada, e continuou a caminhar mergulhado nos seus pensamentos.

Passada a encruzilhada de Fermentões, a estrada afundou-se entre barrancos. Só ao cabo de mais de cem metros é que novamente o horizonte se rasgou. Mas apenas dum lado. Porque do outro erguia-se agora o muro da quinta, por detrás do qual o ladrão do seu trabalho tirava os olhos cegos às videiras.

Chegou-se adiante, ao portão, espreitou por entre as grades, e calculou exactamente a que sítio do caminho vinha ter uma perpendicular tirada do sujeito. Depois, sem pressas, chegou-se a esse ponto e subiu à parede.

Agachado e embrulhado no varino, a crucificar o presente em nome do futuro, o senhor Casimiro lá continuava no seu afã de impor ao sono das cepas um despertar fecundo. Tanto empenho punha no trabalho, que nem dava conta do que se passava à volta. E foi preciso o Lopo gritar duas vezes para que sentisse ruído e se erguesse a ver o que era.

— Sou eu — disse-lhe então o Lopo, direito em cima do muro, com ele já no ponto de mira. — Sou eu, que lhe trouxe este recado da vila...

O tiro partiu, o podador caiu de bruços sobre a videira, e o sol por detrás dos montes começou a tentar encher o dia de inverno de uma luz dourada de primavera.

O Lopo, então, saltou ao caminho, regressou a casa pelo Lenteiro, depois de atirar a caçadeira a um poço, e falou assim à mulher:

— A questão está perdida, e o ladrão já foi dar contas a Deus. Sigo agora para Fermentelos, a ver se o Grilo me arranja dinheiro, e passo a fronteira ainda esta noite. Embarco em Vigo. Não levo nada, para ir mais leve e ninguém dar conta. Tu ficas aqui, muito calada, até eu dar notícias. Adeus, e não chores.

Em educação, colocam-se dois problemas distintos:

— A necessidade de realizar uma revolução cultural que, em todas as classes actuais, crie uma vocação voluntarista para a sociedade portuguesa sem classes, sem ricos nem pobres, sem privilegiados nem explorados, para o socialismo português;

— A necessidade de mentalizar os nossos jovens para o facto de que já estamos nos caminhos que conduzem à sociedade nova.

Tempos houve em que foi prioritária a sua luta política e se justificou o abandono dos livros, das aulas, dos estudos. Tudo mudou já. Agora estudarão os mais aptos, os mais voluntariosos e dedicados, os futuros trabalhadores do pensamento. Os outros devem passar à acção, contribuindo com a força do seu braço no desafio grande de produzir riqueza directa, socialmente útil.

Batalha da economia

Apesar da explanação que o Sr. Primeiro-Ministro fez, não deixarei, em todo o caso, de abordar o essencial da batalha da economia.

Da total transformação dos princípios e rotinas capitalistas no rumo de uma distribuição justa da riqueza produzida para benefício das classes sem privilégios, salientam-se algumas consequências:

— Turbulência instável nas relações empregador-empregado;

— Vazios angustiantes na legislação e princípios que regem a autoridade democrática de um sistema de produção;

— Inevitáveis alucinações de alguns homens sequiosos dos seus direitos, tanto trabalhadores como capitalistas.

Deste e de outros fenómenos resultou carência de meios e de confiança para investir, enquanto vivemos perigosamente acima dos nossos rendimentos, numa economia estagnada.

A vitória da batalha económica vai exigir-nos mais sacrifícios, mais esforços, mais produtividade, mais disciplina e mais autoridade democrática no trabalho.

Vou terminar.

Neste segundo ano da Revolução Nacional festejemos o 1.º de Maio, na grande Festa do Trabalho e das Forças Armadas.

Saúdo os trabalhadores de todas as actividades, saúdo os militares de todos os ramos.

Bem hajam os trabalhadores estrangeiros que por simpatia ou dever de função se deslocaram a Portugal, para viver connosco esta festa grande.

Bem hajam os emigrantes, as mulheres e os jovens aqui presentes na Festa Nacional do Trabalhador Português.

Viva a Aliança Povo-MFA! Viva o Trabalho e os Trabalhadores! Viva Portugal!

A reforma agrária

Com a presença do almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho Superior da Revolução, que era acompanhado pelo comandante Duarte Lima, pelo ministro da Agricultura, eng. Oliveira Baptista e ainda pelo presidente e vice-presidente da IRA, respectivamente engs. Alves da Silva, e José Carlos Sitima, realizou-se, nesta cidade, uma grandiosa comemoração do 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalho.

O ministro da Agricultura começou por afirmar:

«Hoje, o 1.º de Maio, dia dos trabalhadores, manda-me o Governo Provisório dizer-vos que será também o dia da Reforma Agrária, a qual foi imposta pelas lutas dos trabalhadores e do povo alentejano. Mais adiante precisou: «A reforma Agrária consiste essencialmente na liquidação do poder dos latifundiários e na devolução das terras ao povo trabalhador.»

Depois anunciou que a curto prazo outra medida se fará, em Beja, a criação de um Centro Regional da Reforma Agrária.

«É desse Centro Regional que pretendemos actuar a nível do distrito, e assim, para os outros distritos do Sul, onde será levado a cabo o processo. Estes centros serão possíveis dentro de pouco tempo e já foram anunciados. Espero que dentro da próxima semana, esteja concluída a constituição efectiva dos conselhos regionais da Reforma Agrária. O que são estes conselhos regionais? São o primeiro passo. São a primeira tentativa de constituição de um poder local, onde os trabalhadores tenham, a par do MFA e do Ministério da Agricultura, voz activa e decidida. Serão conselhos, onde estarão atentos os trabalhadores e os sindicatos, os pequenos e médios agricultores das Ligas, representantes do Ministério e representantes das FA. Este será o órgão que localmente estudará e aplicará as medidas a levar por diante. Este processo em que o Governo se encontra empenhado, este processo em que se comprometeu, digamos, perante o País, que anunciou as primeiras medidas, ou melhor, que anunciou as boas primeiras medidas, será concretizado brevemente.»

«Peço-vos, em nome do Ministério da Agricultura e do Governo Provisório, que creiam firmemente nesta inten-

ção, e que os poucos dias que nos restam, até ao início da Reforma Agrária, sejam dias de preparação para ela, sejam dias em que o Povo, e os trabalhadores, possam ir ganhando cada dia o controlo dessa reforma que virá inevitavelmente desdobrar o poder, e que terminará, de uma vez para todas, com os latifundiários do Sul do País.

Alargamento do direito ao abono de família

As disposições legais em vigor estabelecem que conferem direito ao abono de família, até aos 14, 18, 21 e 24 anos de idade, os descendentes que se encontrem sujeitos, respectivamente, ao regime de escolaridade obrigatória, ensino secundário, médio e superior.

No tocante a diminuídos físicos, o direito ao abono é reconhecido, no caso de incapacidade total para o trabalho, sem qualquer limite de idade. Consideramos os casos em que a diminuição não implica a inaptidão mas determina retardamento na obtenção de aproveitamento escolar ou aprendizagem profissional adequada, foram determinadas medidas especiais no sentido de conceder o abono de família não só aos descendentes internados em estabelecimentos de ensino de surdos-mudos, invisuais e outros deficientes sensoriais e mentais, mas, também, de



O reconhecimento do direito ao abono virá resolver, em grande parte, os problemas de Francisco Cuiha, 64 anos, de Travanças, Chaves, que, como muitos outros portugueses, vive de esmolas, dependendo da boa vontade dos seus conterrâneos

e elevar para 16 anos a idade-limite para frequência do ensino primário elementar ou aprendizagem de profissão, independentemente de matrícula e frequência em escolas de reeducação para anormais.

Considerando que não se encontram abrangidos, por este regime os deficientes, nomeadamente os invisuais, que frequentam em regime de não internato estabelecimentos de ensino secundário, médio ou superior em condições que, podendo considerar-se satisfatórias para o seu estado físico e psíquico, todavia excedem as idades-limites fixadas para o efeito de concessão de abono de família, o que se traduz numa situação de injustiça, foi agora determinado, por despacho do secretário de Estado da Segurança Social, Vasco Graça Moura, que passem a ter também direito ao abono de família:

Os descendentes, ou equiparados, diminuídos físicos ou que sofram de atraso mental, que, não se encontrando nas condições legalmente previstas, frequentem estabelecimentos de reeducação ou de ensino secundário, médio ou superior, para além das idades-limites legalmente fixadas.

O mesmo despacho determina, também, que a verificação do direito será efectuada por médico a designar pela Caixa, e deverá ser suficientemente rigorosa para contrariar qualquer tendência para uma atribuição sistemática das faltas de aproveitamento escolar a deficiências físicas ou psíquicas, e que os limites de idade, legalmente fixados, para efeito de concessão de abono de família, referentes aos ensinos secundário, médio e superior, poderão ser alargados no máximo de três anos.

O Século, 22-4-75

MILHO:

5\$00 por quilo garantido ao produtor

O Governo, através do Ministério da Agricultura e Pescas, lançou um apelo aos agricultores no sentido de intensificarem a produção de milho. A fim de apoiar os pequenos e médios agricultores nas áreas tradicionais da cultura do milho, foi decidido fixar um preço de garantia de 5\$00 por quilo de milho entregue no Instituto de Cereais, além da atribuição de facilidades de crédito para compra de adubos, sementes, pesticidas e equipamentos.

O Ministério da Agricultura acompanhará de perto os agricultores, a quem dispensará todo o apoio necessário à sua contribuição para a batalha da economia, da qual depende em grande parte o próprio futuro da nossa pátria.

Discurso de VASCO GONÇALVES

No aniversário da vitória aliada sobre as forças nazi-fascistas em 1945

Os caminhos da liberdade ou do fascismo, as duas grandes opções do povo português, foram definidos pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves na sessão comemorativa do XXX aniversário da vitória sobre o nazismo realizada em Lisboa no Teatro S. Luís por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação e pelo Movimento das Forças Armadas. Abrindo a sessão, o primeiro-ministro, depois de saudar os representantes dos resistentes anti-fascistas que vieram até nós, os resistentes antifascistas portugueses, os seus camaradas do Conselho da Revolução e demais convidados afirmou:

todas as implicações do fascismo na História Contemporânea do nosso país e alertar o povo para os objectivos concretos da Revolução portuguesa e contra os verbalismos estereis de quem apenas o deseja confundir.

«Há trinta anos a Europa respirava, aliviada do pesadelo fascista, renascia a esperança do homem no futuro. Esse renascimento cimentava-se na luta e no sacrifício de milhões de pessoas originárias de todos os continentes. Tal devia bastar para que a Humanidade rejeitasse de uma vez por todas aquela aberração.»



Vasco Gonçalves presidiu à sessão comemorativa do 30.º aniversário da vitória das forças aliadas sobre os nazi-fascistas

«Sobe pena de que a Revolução se perca o povo português tem que saber distinguir as suas verdadeiras opções e estas são: revolução ou reacção! Não se põem neste momento, tal como desde o início, questões de pormenor: não estamos perante problemas que digam respeito à roupagem da via para o socialismo. As questões podem levantar-se para camuflar o problema de fundo, para criar cisões entre os trabalhadores, para confundir as mentes. Mas o problema é ainda — socialismo ou capitalismo!»

As contradições do fascismo português

No seu discurso o brigadeiro Vasco Gonçalves pretendeu pôr em relevo

Sítios houve, porém, onde a derrota de 1945 foi por longo tempo inconsequente. A Portugal as liberdades conquistadas pelos povos livres europeus só chegaram na madrugada de 25 de Abril de 1974. O povo português tem em relação à Europa um crédito de trinta anos de liberdade a lançar na conta do fascismo.»

Revolução contra reacção

Vasco Gonçalves salientou depois que há que estar atento à realidade de que, se o fascismo foi derrubado em Portugal, as forças capitalistas «não desistiram nem desistirão facilmente para tentar recuperar as suas condições de expansão». Afirmou a certa altura: «Perdidas as esperanças do 25 de Abril

como factor de readaptação a novos condicionamentos, o ataque desencaixou-se, como o provam as diversas crises atravessadas até ao 11 de Março, e continuará a desenvolver-se utilizando formas mais subtis e menos detectáveis ao nível do povo português. É preciso que as classes trabalhadoras estejam conscientes de novos perigos, que olhem a realidade de frente».

Uma revolução no sentido do socialismo como a nossa implica o controlo progressivo dos meios de produção pelos trabalhadores, bem como a garantia de que as mais-valias criadas se aplicam em benefício da colectividade, implica também a existência de uma democracia real aberta a todas as liberdades excepto à liberdade de explorar. Nenhuma via socialista pode centrar a sua luta sobre o empolamento reivindicativo de tais benefícios. Temos uma necessidade premente de construir um aparelho produtivo sólido. O MFA tem dado sobejas provas de que esse aparelho não será posto ao serviço de classes privilegiadas, mas sim ao serviço da colectividade. A conjugação da vontade do MFA com a iniciativa criadora dos trabalhadores permitirá caminhar seguramente, e eliminar à partida qualquer equívoco sobre o processo.

Diário de Lisboa, 9-5-75

Semana de apoio a Portugal em 140 países aprovada por unanimidade no Conselho da Paz

A realização simultânea em 140 países de uma semana de apoio a Portugal, decidida e aprovada por unanimidade no decorrer da reunião da Presidência do Conselho Mundial da Paz, foi revelada pelo secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, aquando da sua chegada ao Aeroporto de Lisboa, procedente da República Democrática Alemã, onde, em Berlim Leste, participou, como representante do Governo Português, nos trabalhos da referida reunião.

A reunião do Comité Presidencial do Conselho Mundial da Paz, realizada em Berlim durante quatro dias, destinou-se a comemorar o XXX aniversário da vitória das forças democráticas e progressistas de todo o mundo sobre o fascismo hitleriano e a ela assistiram, como convidados especiais, embora Portugal não faça parte da presidência, Carlos Carvalhas e um membro do MFA, o primeiro-tenente da Marinha, José Cruz.

Carlos Carvalhas, à sua chegada a Lisboa, declarou aos jornalistas que

todas as delegações presentes — cerca de 200, representando 50 países — se referiram a Portugal, manifestando o seu apoio e solidariedade pelas transformações ocorridas no nosso país.

Seguidamente, o secretário de Estado do Trabalho referiu as principais deliberações tomadas e referentes ao nosso país: realização das semanas de apoio em 140 países, que decorrerão de 23 de Maio a 1 de Junho, prevendo-se, nessa altura, a deslocação de membros do MFA a Malta, Bélgica, Inglaterra, União Soviética, Áustria e Hungria.

Foi também aprovada uma mensagem ao Governo Português, na qual se começa por afirmar: «Os participantes na reunião do Comité da Presidência do Conselho Mundial da Paz, reunido em Berlim, capital da República Democrática Alemã, por ocasião do 30.º aniversário da vitória sobre o fascismo hitleriano, dirigem as suas mais calorosas saudações ao Governo, ao Povo e às Forças Armadas do Portugal democrático.»

«A História — prossegue a mensagem — recordará a derrota infligida ao fascismo, em Portugal, a 25 de Abril de 1974, como uma grande vitória do Povo português e também como uma grande contribuição à luta universal contra o imperialismo e o fascismo, pela democracia e o progresso social.»

E mais adiante: «A política sistematicamente realizada pelo vosso Governo e as medidas democráticas por ele adoptadas, no interesse do Povo português, com a liquidação definitiva dos vestígios do fascismo e a garantia da evolução democrática do País, aumentaram o prestígio do novo Portugal aos olhos de todas as forças do Mundo amantes da paz.»

Finalmente, a mensagem do Conselho Mundial da Paz ao Governo Português afirma: «O Conselho Mundial da Paz deseja-vos novos êxitos e transmite-vos o seu pleno apoio, assim como ao vosso Povo e às Forças Armadas do vosso país. As forças da Paz, que estiveram sempre ao lado do Povo português nos tempos da sua luta heróica contra o jugo fascista, estão hoje a vosso lado na luta pela construção de um Portugal novo e democrático.»

O Século, 22-4-75

Criado o subsídio de desemprego

Entrou em vigor, no dia 1 de Abril, o decreto-lei que cria o subsídio de desemprego, de montante igual a dois terços ou metade da remuneração mínima nacional mensal (respectivamente para os trabalhadores com ou sem encargos de família), a atribuir aos trabalhadores por conta de outrem

que sejam beneficiários activos das Caixas Sindicais e de Previdência ou das Caixas de Reforma ou de Previdência com entidades patronais contribuintes ou que sejam sócios efectivos das Casas do Povo.

O presente diploma, agora instituído com carácter experimental, «pretende contribuir para a instituição de sistemas que assegurem o poder de compra das classes desfavorecidas, independentemente das contingências acidentais da prestação de trabalho», e prevê-se a sua revisão obrigatória dentro do prazo de quatro meses a contar da data da respectiva entrada em vigor.

Ainda no que diz respeito à atribuição do subsídio, estabelece o diploma que os trabalhadores menores de 20 anos, cuja última remuneração seja inferior à mínima nacional, auferirão provisoriamente um terço da mesma remuneração. Excluem-se do subsídio: os trabalhadores cujos antigos empregos a doutrina costuma classificar de «pouco significativos», os trabalhadores sazonais durante a estação de inactividade habitual, os trabalhadores de serviços domésticos, os que se encontram a receber uma pensão de invalidez ou reforma, e os que, embora desempregados, afiguram por si ou cujo agregado familiar afigure em globo determinados rendimentos.

O período de concessão é estipulado em 180 dias seguidos, durante os quais o trabalhador é obrigado a comparecer nas datas e locais que lhe forem determinados pelo Centro de Emprego da área da sua residência, de modo a controlar-se a situação de desemprego.

Para desemprego involuntário

O diploma estabelece, como condições da sua atribuição, estarem os trabalhadores em situação de desemprego involuntário, inscritos no Centro de Emprego da área da sua residência e preencherem o prazo de garantia. Quanto a este último requisito, determina-se que a atribuição do subsídio depende de, em nome do trabalhador, se ter verificado, no decurso dos 12 meses anteriores à data do início do desemprego, entrada de contribuições para a respectiva instituição de previdência ou situação àquela equivalente, correspondentes a: 120 dias para os trabalhadores rurais; 180 ou 156 para os restantes trabalhadores, consoante sejam remunerados a sete ou a seis dias por semana.

A concessão do subsídio deverá ser requerida pessoalmente pelo trabalhador no Centro de Emprego da sua área de residência, o qual deverá igualmente inscrever-se como candidato a «qualquer emprego conveniente». Na altura, o trabalhador apresenta o cartão de beneficiário da instituição de Previdência e recebe um cartão onde constam

os seus direitos e deveres durante o período em que estiver a receber o subsídio. Como deveres, determina-se que o trabalhador tem de comunicar ao respectivo Centro de Emprego, no prazo de cinco dias a contar do evento: a obtenção de um emprego; a convocação para prestação de serviço militar; a concessão de subsídio por doença, tuberculose ou maternidade; a concessão de pensão de invalidez ou reforma.

Períodos de concessão

Quanto ao período de concessão, estabelece o diploma: que o subsídio não é devido nos 30 dias seguintes ao da entrada do respectivo requerimento; que o subsídio, pago mensalmente, será concedido, em regra, durante o prazo máximo de 180 dias. Este prazo será prolongado para 365 dias, 540 dias e 720 dias, para os trabalhadores cuja idade à data da entrega do requerimento seja igual ou superior, respectivamente, a 50, 55 e 60 anos. Os trabalhadores com esta última idade poderão requerer antecipadamente a reforma a que têm direito, desde que tenha decorrido o prazo de 720 dias e mantendo-se ele na situação de desemprego involuntário.

O presente decreto-lei fixa ainda normas respeitantes à acumulação do subsídio de desemprego com as prestações da Previdência Social; à impenhorabilidade e isenções do subsídio e às atribuições das instituições de Previdência e da Direcção-Geral de Emprego; às reclamações, prazos, recursos, sanções, graduação, pagamento de multas, inconvertibilidade e ao financiamento, que virá do Fundo de Desemprego.

A Capital, 14-4-75

O decreto sobre o divórcio será publicado em Maio

— Anunciou o Ministro dos Negócios Estrangeiros após a assinatura do adicional à Concordata

O decreto-lei que, no plano do direito interno, virá revogar o Código Civil e alterar a redacção de outros clausulados, respeitantes à matéria de separação de pessoas e bens e divórcio, deverá vir a ser publicado, na folha oficial, em Maio — anunciou o Ministro dos Negócios Estrangeiros aos órgãos de Informação, após a cerimónia que decorreu na Sala dos Concursos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que o major Melo Antunes e o Núncio Apostólico procederam à



Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros que assinou o adicional à Concordata sobre o divórcio

assinatura e troca de instrumentos de ratificação do protocolo adicional à Concordata, que possibilita o divórcio aos católicos casados canonicamente.

Após a assinatura e troca dos instrumentos de ratificação, o ministro Melo Antunes proferiu então as seguintes palavras:

«No dia 15 de Fevereiro de 1975, foi assinado na cidade do Vaticano um Protocolo Adicional à Concordata vigente entre Portugal e a Santa Sé, de 7 de Maio de 1940.

Por este Protocolo foi modificado o artigo 24.º da mesma Concordata de forma a permitir que os cidadãos portugueses casados pela Igreja, mantendo embora a obrigação de se submeterem às normas canónicas que regulam o seu matrimónio, em particular no que respeita às suas propriedades essenciais, possam, no entanto, solicitar o divórcio ao abrigo das leis civis portuguesas, o que não acontecia anteriormente, porquanto podiam apenas pedir a anulação do matrimónio perante os tribunais eclesiásticos.

Desta forma, foi aberto o caminho para a solução dos problemas familiares de milhares de portugueses que, desde 1940, não tinham conseguido reestruturar a sua vida familiar, com as mais graves consequências quer para os cônjuges quer para os respectivos filhos.

Os restantes artigos da Concordata continuam em vigor.

As negociações havidas com a Santa Sé evidenciaram a boa vontade e cooperação da Secretaria de Estado do Vaticano no sentido de procurar resolver um problema de tão grande importância para a Nação Portuguesa.»

Cálculo do custo do divórcio

O ministro Melo Antunes, no final, salientou em conversa com os jornalistas o significado da cerimónia, referindo, ainda, que o decreto-lei que dará

prática à revisão já se encontra aprovada na generalidade e realçou por outro lado o trabalho do prof. Pereira Coelho, da Universidade de Coimbra, em todo o processo.

«O custo do divórcio deverá ser fixado na base dos rendimentos das pessoas envolvidas e, se estas não tiverem dinheiro, poderão recorrer à Assistência Judiciária» — disse ainda o dr. Saigado Zenha.

Até 31 de Dezembro OS PREÇOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES QUE NÃO PODEM SER AUMENTADAS

Como noticiámos, na última reunião plenária do Conselho de Ministros, os preços do pão, carne, leite, açúcar, azeite, farinha, frango, bacalhau e margarinas, não poderão ser aumentados até 31 de Dezembro do ano em curso.

Segundo informação da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, os preços estabelecidos para aqueles produtos são os seguintes:

PÃO: (preços máximos de venda ao público). Pão de farinha espoada de trigo, na padaria: 1.ª qualidade, 12\$00 por quilograma; unidades de 50 g \$60, de 250 g 3\$00, de 500 g 6\$00, múltiplos de 500 g correspondentes a 12\$00 por quilo mais \$50 unidade. Ao domicílio: \$70, 3\$30, 6\$50, 2.ª qualidade 5\$50 por quilograma, unidades de 500 g 2\$80, 3\$10, múltiplos de 500 g correspondentes a 5\$50 por quilo, mais \$50 unidade. Pão de farinha de trigo em rama: unidades de 100 g, 400 g e múltiplos, 8\$00 quilo. Pão de mistura: unidades de 100 g, 400 g e múltiplos, 12\$00 quilo.

OBS. — São livres os preços de venda de pão de: centeio-milho; alvo regional; enriquecido; dietético; tosta; afins de pão; pão de forma. São igualmente livres os preços de pão de farinha espoada de trigo, fabricado em unidades de 30 g.

Carnes — Bovino adulto (preços máximos de venda ao público): nomenclatura do Sul (preços respectivamente, de carne sem osso e com osso) — lombo e vazia, livre: 1.ª categoria (acém redondo, pojadouro, coberta do pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora, cheio, sete espelho da pá, agulha), 100\$00 e 75\$00; 2.ª categoria (resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões, coberta do acém), 64\$00 e 48\$00; 3.ª categoria (aba delgada, aba das costelas, prego do peito e rabo), 48\$00 e 36\$00; língua limpa, 80\$00; rim limpo, 80\$00; rilada e gorduras 4\$00. Nomenclatura do Norte (preços, respectivamente de carne sem osso e com osso): lombo e vazia, livre: 1.ª categoria (cernelha, jarrete, rabada,

posta falsa, perna, fundo e pá — cheio, bico, capão, folha, restos da pá) 100\$00 e 75\$00; 2.ª categoria (cachaço, capa de cernelha, óculo, nispos, sobrepeito) 64\$00 e 43\$00; 3.ª categoria, fralda, 48\$00 e 36\$00; peito e rabo, 36\$00; língua e rim limpos, 80\$00 e gordura 4\$00.

Leite e seus derivados, comum: postos de consumo, 4\$60 o litro; domicílio, 4\$90 o litro; em bilhas c/ 3 por cento de gorduras, ou embalagens, individuais c/ 2.5 por cento de gordura pasteurizado; em embalagens dum litro 6\$00; ao domicílio, 6\$30. Para consumo fora dos locais de aquisição, autorizado mais \$10 por embalagem fora do concelho.

Em embalagens de um litro, especificamente pasteurizado, 9\$50; ultrapasteurizado, 9\$50; em embalagens de 0,5 litros, 5\$00 e em embalagens de 0,25 litros, 2\$60.

Leites modificados — Gordo, meio gordo e magro — leite em pó 70\$00, 67\$50 e 62\$00; leite em pó (instantâneo) 86\$50, 75\$00 e 83\$00; leite condensado 42\$00; Eledon, 108\$00; Saulacto B, 108\$00, Nan 108\$00; Saulacto A, 108\$00; Nestogeno 88\$00, Nidal, 102\$00; Pelargon, 94\$00, Primolacto 88\$00 e Primilka-mel 94\$00, Acilato 94\$00, Materno-lacto, 103\$00 e Nektarmil 121\$50; Aptamil, 116\$00; Natina (pó), e Natina 120\$00; Pré-Aptamil meio gordo 120\$00; líquido 28\$00.

AÇUCAR — Em Lisboa e Porto os preços máximos de venda ao público, são os seguintes, por quilograma: açúcar granulado em pacotes de 1 kg 22\$50; açúcar refinado corrente, 21\$40; preço livre para os açúcares especiais e embalagens de 10 e 12 g de granulado.

AZEITE (preços máximos de venda ao público) — preços por litro; extra (até 0,5 graus de acidez), 63\$00; extra (até 1 grau de acidez), 59\$00; fino (até 1,5 graus de acidez), 57\$50.

FARINHAS ALIMENTARES, fina e superfina, em embalagens de 1 quilo e de 0,5 e de 1 quilo — Trigo, 9\$00 e 9\$20; Compostas, 9\$40 e 9\$60; uso culinário, 9\$60 e 10\$00; Branca de Neve, 9\$00 e 9\$50; Espiga, 9\$20 e 9\$50.

BACALHAU — os preços máximos de venda ao público do bacalhau salgado seco e das espécies afins, nacionais ou importadas, são as seguintes, por quilograma: bacalhau salgado — especial, 90\$00; seco, graúdo, 85\$00 crescido, 80\$00; corrente, 60\$00; miúdo, 45\$00; sortido, 40\$00. Espécies afins — grande, 65\$00; médio 55\$00; e sortido, 40\$00.

MARGARINA — normal, culinária (Vaqueiro, Banquete, Sol e outras), em embalagens de 125 g 5\$00; 250 g 9\$20; 500 g, 18\$20; e 1000 g, 35\$50. Mesa: Planta, Alpina, 250 g 10\$40; Planta, 500 g 20\$60. Especial: Flora, 250 g 11\$40; Becel, 250 g 16\$50.

Diário de Notícias, 17-4-75

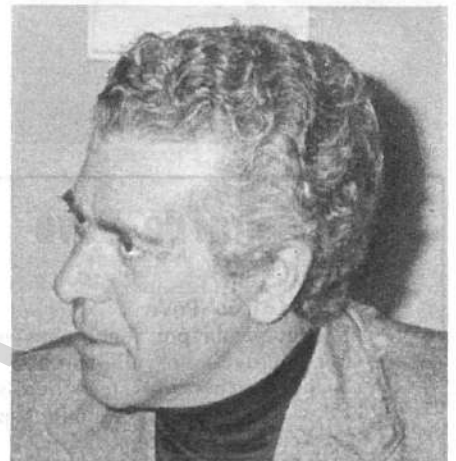
Municípios vão dispor de autonomia financeira

As câmaras municipais poderão vir a desfrutar, ainda este ano, de autonomia financeira, segundo afirmou o governador civil de Coimbra numa reunião intercâmaras daquele distrito. O dr. Luís Albuquerque disse ainda que o respectivo diploma deverá sair brevemente.

Durante a reunião, cuja agenda incluía o debate de temas de interesse

de técnicos capazes é de há muito sentida pelos governos civis e municípios, como meio de dar resposta a tantos e tantos problemas e carências de que sofrem as populações.

Esta é uma notícia que por certo irá alegrar muitos daqueles que estão à frente das autarquias locais e que se sentem incapazes, por falta de meios, de contribuir para a resolução desses



Ainda não fizemos nada — disseram-nos os Governadores Civis de Vila Real e Viseu. — Continua a haver uma grande centralização, a nível da capital

genérico a nível de concelhos, foram lidas pelo chefe do distrito as respostas dos partidos políticos ao inquérito programado para a reforma administrativa interna e foi também referido o questionário pedido às comissões administrativas dos municípios sobre problemas de salubridade.

Foi, do mesmo modo, anunciado que está prevista uma reunião de representantes do MFA com as várias autarquias do distrito. Entretanto, foi pedido às autarquias locais que apressem os processos de auxílio material necessários às escolas primárias.

A autonomia financeira e a necessi-

dades, que se acumulam há anos e anos...

A Reforma Administrativa e a autonomia financeira e técnica que beneficiará as autarquias locais permitirá, por certo, a reparação da velha escola, a instalação da luz eléctrica, a abertura de novos caminhos...

O *Correio do Povo*, tendo em atenção a importância desta Reforma, programou desde já, uma entrevista com o ministro da Administração Interna, para o próximo número.

A Capital, 8-5-75

Última hora

- Nacionalizados os sectores de cimentos, tabacos e celulose
- Salário mínimo de 4000 escudos
- Congeladas as remunerações a partir de 12 000 escudos até 31 de Dezembro
- Remuneração máxima mensal de 35 000 escudos
- Aumentos e benefícios para a função pública



CARLOS LOURES:

A poesia não pode ser monopólio de uma casta intelectual

A poesia, tal como a literatura em geral, não pode ser o monopólio de uma casta intelectual. Uma revolução cultural terá que ser promovida pelos trabalhadores, no sentido de criar uma arte que nada terá a ver com a arte burguesa — começou por dizer-nos Carlos Loures. — A minha poesia representa uma traição de classe pois, sendo pequeno-burguês, faço uma poesia que, pelo menos assim o tento, revela os problemas e anseios das

classes trabalhadoras, no sentido de uma conquista do poder por essas mesmas classes. Continuo a escrever dentro dessa preocupação. Tendo, no entanto, a consciência de que, depois do 25 de Abril, há coisas mais importantes para fazer.

— Acha que a poesia é uma arma revolucionária?

— Acho que pode ser. Desde que o poeta seja revolucionário, quer dizer, um aliado das classes trabalhadoras.

Bandeira do Povo

I

Povo meu Povo
 alma golpeada por tenebrosos oceanos a tua
 suor escravo o orvalho do teu corpo povo
 sangue mártir o dos teus heróis povo meu
 o dos habitantes das húmidas prisões
 pensamento prisioneiro o teu
 palavra amordaçada a tua
 É de paredes e de muros feita a nossa pátria
 de muros e de paredes escorrendo o nosso medo

Povo meu Povo
 chaga de sangue é a tua alma povo meu
 onde bebem os abutres que vivem da tua morte
 que se alimentam da tua fome meu povo
 que descansam sobre o teu trabalho
 e te injuriam e te oprimem e te escravizam
 e te humilham meu povo
 É de lágrimas e de sangue feita a nossa bandeira
 do nosso sangue e das nossas lágrimas povo

II

A verdadeira História
 não é esse inventário de crueldades
 que ensinam às nossas crianças
 Renego-vos símbolos falsos da pátria popular
 catedrais de fogo erguidas sobre a miséria
 tronos assentes sobre as vísceras dos escravos
 renego-vos fochos e tambores de antigas opressões
 A verdadeira História
 é aquela que foi escrita
 pelo sofrimento e pela humilhação
 das gerações famintas que uma após outra
 se desfizeram em pó sobre esta terra avara
 homens mulheres e crianças
 que atravessaram os séculos
 sob o látigo dos poderosos
 E é o testemunho dessa longa caminhada
 que ecoa pela arquitectura infame
 dos tribunais plenários
 trazido pela voz dos verdadeiros condestáveis
 — os heróicos soldados couraçados de trevas
 que afrontam a máquina criminosa da tirania

para a destruir e para que tu povo
 possas devolver
 as injúrias de todos os milénios

Lutam

para que possas conquistar a nossa pátria
 e construí-la desde a fábrica à estátua
 desde o tractor à universidade
 desde a espingarda à bandeira
 desde a Liberdade à Justiça

III

A guerra vai ser longa meu povo
 esta guerra que o futuro já ganhou por nós
 mas de que vai ser preciso
 travarmos as batalhas e
 perdermos batalhas

É a guerra pela Liberdade
 e a Liberdade é como uma flor
 mas como uma flor carnívora
 com ávidas mandíbulas
 com uma voraz boca
 sedenta do nosso sangue
 faminta das nossas vidas
 para florescer

Cada dia que nasce
 nós somos mais numerosos
 e por cada um que tomba
 erguem-se mil

Um dia seremos tantos
 que seremos todos
 numa interminável coluna
 eriçada de punhos reivindicativos

Que tremam nessa hora os poderosos de hoje
 pois iremos cobrar o sangue que nos devem
 iremos devolver-lhes escarro por escarro
 tiro por tiro cela por cela
 a raiva que enche os nossos peitos
 — Quantos camaradas gritam vingança
 com suas bocas sem voz?

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

1820 — A burguesia ganha as eleições, dá ao País uma Constituição e perde a direcção do processo revolucionário.

Tudo isto, que é imenso, se passou em três anos.

Creemos que os factos que explicam a perdição da liberdade em 1823, demonstram cabalmente que o êxito do avanço irreversível dum processo revolucionário de libertação do povo português não está contido nas formas burguesas de acção mas sim nas formas políticas que permitam às massas populares uma intervenção permanente sobre o processo, defendendo-o, corrigindo-o, ampliando-o.

Ontem, tal como hoje, as eleições constituíram apenas um passo do processo da revolução liberal. Realizadas as eleições com o triunfo, provavelmente inesperado, da burguesia mais avançada da época, os dirigentes engolfaram-se nos métodos legislativos com os quais se propunham liquidar o aparelho económico e social implantado por alguns séculos de feudalismo dos valentes.

Vimos isso no nosso artigo anterior. Algumas instituições medievais, impostos e alcavalas que garantiam os privilégios da antiga nobreza sobre o povo foram abolidas. Digamos que se praticavam os primeiros actos de reparação social e se procurava colocar o Estado ao serviço de outros interesses mais gerais. Essas medidas tiveram repercussões semelhantes, por exemplo, à da nacionalização da banca nos tempos que passam.

Há, porém, situações na revolução portuguesa que logo a comprometem. Tiveram certamente ocasião de ler e meditar no depoimento de Almeida Garrett que publicámos no número 3 desta revista. Por aí se repara que os dirigentes do movimento revolucionário não transferiram a força para o poder do povo, preferindo que a parte do exército mais reaccionária promovesse as suas manobras contra o Governo, que Miguel, filho segundo de João VI, levasse a cabo, as suas intrigas, e que, finalmente, as províncias conservadoras reunissem as tropas que lhes eram favoráveis e assim se preparasse, impunemente, o golpe da *Vilafrancada*.

Creemos que a lição a tirar das eleições de 1820 está à vista. A eleição, pelo seu poder mobilizador, é uma excelente lição de civismo, um modo de activar a consciência adormecida de milhões de portugueses, uma forma de sazonalizar os frutos da liberdade. Diga-

mos que a consciência nacional vai amadurecendo com estas importantes acções de soberania. Nem o antigo regime absolutista consentia em tais movimentos dinâmicos nem o fascismo da nossa época permitirá (e nenhuma vez o consentiu, não o esqueçamos!) que a eleição livre vá por diante.

Simplemente, tal como hoje, sondado o parecer do povo há que prosseguir, em seu nome, o processo revolucionário não consentindo a arrumação de forças contra-revolucionárias, nem permitindo que os mais ambiciosos de poder pessoal discutam a origem do poder revolucionário.



Carlota Joaquina, rainha de Portugal. A mulher de D. João VI foi uma conspiradora activíssima contra a revolução liberal

A ordem democrática é uma equilibrada relação entre a força das armas (a força em geral) e a justiça (a justiça social, sobretudo).

Os revolucionários de 1820 não foram capazes de impor a ordem democrática nem sequer para defender os seus interesses de classe, o que, de certo modo, os condena. Com efeito, a derrota das aspirações e conquistas burguesas em 1823 foi uma pesada derrota do povo português. Seria interessante averiguar, por exemplo, em que medida a entrega do governo à regência, como primeiro acto de legislação eleitoralista, não teria sido uma precipitação da Junta governativa de 1821. Seria interessante saber em que medida a política colonialista em rela-

ção ao Brasil, praticada pelo vintismo, não teria sido outro erro capital. Mas certamente o erro maior foi deixar que a contra-revolução se congregasse em torno das unidades militares comandadas por gente desafecta ao regime revolucionário, que os ambiciosos do poder, como o jovem príncipe Miguel, conservassem o privilégio de conspirar, abusar da ordem constituída e lançar toda a sorte de manobras contra um governo de legitimidade revolucionária.

Os vintistas opõem-se à descolonização do Brasil

Ao contrário da actual revolução portuguesa, a burguesia liberal de 1820 revelou-se fortemente colonialista. Com excepção dos progressistas que constituíam a ala esquerda da revolução, como Fernandes Tomás ou o nosso grande escritor Almeida Garrett, as fracções saídas do Sinédrio do Porto aconselhavam como política económica a continuidade de exploração do regime colonialista brasileiro.



João VI, rei vacilante, sem coragem nem convicção para assumir o poder democrático

Mas as ideias generosas da revolução democrática penetraram os portugueses radicados no Brasil e a população brasileira. De cada vez que os deputados do Brasil intervínham nas cortes constituintes, instaladas no palácio das Necessidades, rebentavam tumultos. Os seus colegas portugueses não entendiam a ideia de independência do povo brasileiro. Não compreendiam, enfim, que um povo perde a liberdade quando a retira ao outro.

No Brasil ampliava-se o movimento de independência nacional.

Na Baía, o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, ajudado pela metrópole, inicia um regime de repressão violentíssima sobre as populações de seu governo. A anarquia instala-se em

quase todo o território. Rebutam conspirações. As prisões de revolucionários multiplicam-se. Os patriotas baianos chegam a uma situação de asfixia quase total. Mas o movimento de independência organiza-se em torno do príncipe de Portugal, o que entre nós é conhecido por Pedro IV, e que veio a dirigir pessoalmente a guerra civil contra o absolutismo miguelista.

Perante aquilo que então se chamava no Brasil a «tirania» das cortes (assembleia nacional), Pedro já nomeado «defensor perpétuo» da colónia, que partira para apaziguar os motins do Rio Grande e S. Paulo, delibera, com os brasileiros seus acompanhantes, declarar a separação do reino de Portugal.

Passa-se isto no lugar de Ypiranga, onde Pedro fora obrigado a estanciar para receber o major Ramos Cordêiro que lhe trazia as notícias de Portugal. Diz-se que ao ler os decretos teve um movimento impulsivo de cólera e arrojando ao chão as cores constitucionais portuguesas logo ali declarou a «Independência ou Morte». Passava-se o acontecimento em 7 de Setembro de 1822.

Em Portugal a rainha Carlota Joaquina, conspiradora e reaccionária, negou-se a jurar a constituição. Entretanto, o antigo governador de Rio Grande do Sul, o general João Carlos de Saldanha, neto do marquês de Pombal, depois de recusar honrarias e postos no Brasil e recusar o comando duma expedição punitiva à Baía, é encarcerado no Castelo de S. Jorge.

A revolução vintista, entorpecida por luta de interesses antagonísticos da burguesia e da velha camada de terratenentes, ia perdendo a sua força original. Em Novembro de 1822 morre Fernandes Tomás. O sistema liberal, minado de contradições, metia água por muito lado.

Não havia então ao nível popular uma autêntica consciência nacional, mesmo como minoria actuante. As oscilações da própria burguesia liberal serviam para desmobilizar as raras camadas dinâmicas. Em compensação, a ideologia conservadora tomava vulto. O jornalismo reaccionário torna-se ameaçador, denunciando conhecidas personalidades de vanguarda, incitando à guerra, à morte, à vingança...

Regresso do absolutismo à terra portuguesa.

Primeiro acto: a Vilafrancada

A crise provocada pelo acto de libertação da colónia do Brasil, veio agravar o ambiente hostil que os absolutistas criaram em torno do governo liberal. A rainha Carlota Joaquina que se recusara a jurar a constituição, como vimos, é intimada a sair do reino.

Dando prova de fraqueza e excesso de humanidade o governo permite que



Pedro IV, foi o chefe da revolução brasileira que proclamou a independência da antiga colónia portuguesa

ela se instale na quinta real do Ramalhão, perto de Sintra, continuando aí a sede dos conspiradores contra a liberdade.

Entretanto, as leis promulgadas pelas cortes levantavam indignados protestos da reacção. Algumas dessas leis como a da extinção do Santo Ofício já nós comentámos aqui. Outras houve de grande significado, tais como a lei de imprensa, a extinção dos privilégios de foro em negócios civis e criminais, a criação do Banco de Lisboa, que depois se transformou no actual Banco de Portugal, a extinção dos priorados mores das três ordens militares, a lei da inviolabilidade da casa do cidadão, a extinção da intendência geral da polícia, a reforma do poder judicial, enfim, todo um aparato de reformas que inquietavam os grandes e ofendiam honras e interesses criados pelo antigo regime.

Uma parte do clero, sobretudo as altas hierarquias eclesiásticas, decidiu-se frontalmente contra a ordem liberal. Mas a força mais significativa estava no exército. Não admira, portanto, que a infiltração conspiradora tenha lançado entre os oficiais e soldados a sua poderosa âncora.

A primeira revolta começa nas guardas de Trás-os-Montes sob as ordens do conde de Amarante, Manuel Pinto da Silveira. Apesar de derrotado por Luís do Rego, em Amarante, em 25 de Março de 1823, internou-se em Espanha onde a reacção se instalara. Cabe dizer que o ano de 1823, particularmente em França, Espanha e Itália, é um ano em que as forças conservadoras europeias vão arrebatando aos liberais progressistas as suas posições. As grandes potências tinham decidido intervir como aliás haviam feito depois de 1815.

As manobras dos governos europeus

contra o regime português, as manipulações dos exilados lá fora, o incitamento a guerra civil levado a cabo pelos jornais retrógrados, a guerra do nordeste transmontano, o corte das relações diplomáticas com os franceses que se metiam descaradamente na política espanhola, os manejos da rainha Carlota, na sua forçada residência do Ramalhão, eis um conjunto de factores favoráveis aos intentos de Miguel.

No dia 27 de Maio D. Miguel parte para Vila Franca. As cortes nomeiam Jorge d'Avilez comandante em chefe do exército no fito de bater a revolta. Era tarde.

No dia 29 os corpos de linha de Lisboa, menos o regimento 18, vão reunir-se às tropas que se haviam passado para Miguel. Era a nossa já conhecida Vilafrancada.

Consequências: os conselheiros de João VI compreendendo que a queda de Lisboa estaria consumada pedem ao rei que se ponha ele à frente dos exércitos reunidos em Vila Franca. A intervenção de João VI evitou um banho de sangue pois o rei era bastante mais moderado que a mulher Carlota Joaquina e seu filho Miguel.

Todavia, os liberais de 1820 estavam à mercê dos seus inimigos. O povo português apanhava mais um golpe da contra-revolução.

A conspiração reaccionária não desarma

A grande falta da época apontou-a Garrett no último artigo aqui publicado: a não existência duma unidade real entre exército e povo. E esta experiência histórica deve nortear claramente os nossos militares actuais a não desprezarem este importante factor.

Não se trata evidentemente de escutar a voz do jornalista que aqui deixa, simplesmente, estes apontamentos para o povo. Trata-se sim de conhecer as linhas mestras da contra-revolução em Portugal para que se não perca a firmeza e o ímpeto iniciais.

A Vilafrancada leva João VI a proclamar, no dia 31 de Maio, que as leis e instituições decretadas pelas cortes eram contrárias aos usos nacionais e à vontade do País...

Mais: que era necessário evitar a guerra civil e a invasão estrangeira.

D. Miguel é obrigado a aceitar a intervenção do rei, seu pai. As cortes, desapoiadas, declaram a sua dissolução. O governo demitido. Entre os novos ministros, nomeados por João VI, contava-se Mouzinho da Silveira, o futuro reformador liberal. Porém Mouzinho da Silveira recusa participar na farsa. Para consolidar as personagens deste drama, que, anos mais tarde, se transformará numa carnificina, a rainha Carlota é reintegrada em todos os seus direitos e Miguel promovido a comandante em chefe do exército. São revo-

gados os sequestros dos bens do conde de Amarante e outros implicados na revolta de Trás-os-Montes. São libertados os arcebispo de Braga e o bispo de Pinhel que haviam sido internados no convento do Buçaco. Foram postos em liberdade os presos por delitos políticos (poucos: cerca de vinte).

O cardeal-patriarca, inimigo dos liberais, regressa do seu exílio de Baiona.

No dia 5 de Maio, João VI regressa à capital. Diz o historiador Alberto de Serpa Pimentel, na sua obra *Portugal Moderno*, que antigos vintistas vitoriam a volta do regime absolutista. Quem não conhece estes oportunismos de última hora?

A vocação para bestas de alguns entusiastas da contra-revolução ficou patente no seguinte episódio: quando João VI se encaminhava na sua carruagem alguns oficiais substituíram as mueres e puxaram eles próprios o coche d'el-rei. A quanto conduz a cretinice!

Fazer correr a liberdade para onde convém à reacção

Embora se não pretendesse, por enquanto, tornar ao feudalismo dos valentes a verdade é que não só o processo revolucionário é travado, como se tomam medidas cada dia mais conservadoras. São nomeadas juntas interinas para revogar os benefícios conseguidos durante os dias da revolução de 1820. Reata-se a relação diplomática com a França e louva-se a sua intervenção contra-revolucionária em Espanha.

Uma das primeiras leis da reacção consiste em revogar a lei que reduzira os conventos. São abolidas várias normas de liberdade, entre as quais a que regulava a liberdade de imprensa: aparece a famigerada comissão de censura. É publicado um decreto contra as sociedades secretas, como se sabe, nessa época, fortemente influentes no processo democrático. Finalmente, é designada uma comissão encarregada de redigir uma constituição mais moderada...

Até à morte de João VI, verificada em 1826, a reacção agrupada no partido ultra-realista ou absolutista, mostra-se constantemente desconfiada e descontente. Era urgente liquidar a liberdade.

Para mostrar até que ponto o terrorismo político conservador poderia avançar, é assassinado em 21 de Fevereiro de 1824 o marquês de Loulé, conhecido pela sua oposição ao partido da rainha Carlota.

De resto, o ano de 1824 foi fértil em manobras cada vez mais perigosas para o resto de liberdades que ainda se mantinham da situação vintista. Em 30 de Abril, rebentaram os acontecimentos que tinham por fim destituir o rei João VI e colocar no trono o seu filho

Miguel. O episódio dramático é conhecido na nossa história pela *Abrilada*.

O certo é que rebenta uma conspiração contra o rei, e este não tem outro remédio senão refugiar-se no auxílio dos diplomatas estrangeiros a quem não convinha o total triunfo da facção miguelista. O embaixador da França tomou a iniciativa de convidar o corpo diplomático a defender João VI. E foi assim que o rei, prisioneiro no seu palácio da Bemposta, foi efectivamente libertado pelos diplomatas estrangeiros.

Como o conspirador Miguel e seus



D. Miguel, rei absoluto, pândego e irresponsável

apaniguados instalassem o terror na cidade de Lisboa, o corpo diplomático aconselhou o rei a refugiar-se a bordo do navio de guerra inglês *Windsor Castle* donde poderia governar o País. Apesar das tropelias e irreflexões de Miguel a verdade é que o estrangeiro impôs praticamente a pessoa do rei João VI aos amotinados da facção mais reacçãoária deste país.

Entretanto, D. João dera ordem para que seu filho fosse exilado. D. Miguel parte de Lisboa a 13 de Maio, a bordo duma fragata portuguesa em direcção a França. A sua estada escandalosa neste país é contada nas memórias do marquês de Alorna com resgos de minúcia que mostra bem até que ponto este príncipe, que vem a ser rei absoluto, era um pândego e um irresponsável.

Por tais mãos andou o governo português!

Haveria de levar tempo a encontrar governantes patriotas que, ainda assim, conseguiram, muitas vezes, contrariar as ambições dos que se julgam no direito de nos conduzir para o seu redil. A lição da história cremos que demonstra à saciedade que o nosso país passa hoje por uma das mais gloriosas ondas de um processo mil vezes constringido a submergir-se no mar de interesses de classes privilegiadas ou de certos sujeitos com vocação napoleónica...

ALBERTO FERREIRA

SAÚDE

Para uma alimentação equilibrada

Os elementos que compõem a nossa alimentação podem dividir-se em dois grupos:

- 1.º — os que protegem o organismo, contribuindo para o seu bom funcionamento e formação;
- 2.º — os que produzem energia.

É frequente a tendência popular para estabelecer comparação entre o organismo humano e uma máquina a vapor.

Servindo-nos desta comparação simplista podemos dizer que há alimentos com função idêntica aos combustíveis que a máquina transforma em movimento e outros que actuam como conservadores da máquina (os lubrificantes, por exemplo) que mantêm a integridade da máquina. No organismo humano os alimentos calóricos «principalmente hidratos de carbono e gorduras» desempenham o papel de combustíveis e os alimentos plásticos (pro-

TABELA I

Necessidades diárias em calorias correspondendo a uma actividade física média

Peso do corpo	Idade		
em quilos	22	45	65
Homens			
50	2200	2000	1850
55	2350	2150	1950
60	2500	2300	2100
65	2650	2400	2200
70	2800	2600	2400
75	2950	2700	2500
80	3050	2800	2600
85	3200	2950	2700
90	3350	3100	2800
95	3500	3200	2900
100	3700	3400	3100
Mulheres			
40	1550	1450	1300
45	1700	1550	1450
50	1800	1650	1500
55	1950	1800	1650
58	2000	1850	1700
60	2050	1900	1700
65	2200	2000	1850
70	2300	2100	1950

teínas, vitaminas e sais minerais) actuariam como protectores da máquina.

A quantidade de calorias que devemos ingerir para garantir um bom estado de saúde, variam não só com o trabalho físico dispensado, mas ainda com o volume corporal, sexo e idade.

Há várias tabelas que permitem determinar as necessidades calóricas, todas elas com valores bastante aproximados dentro dos parâmetros considerados.

A tabela I dá-nos o número de calorias diárias indispensáveis na alimentação, considerando que se despende uma actividade média.

É claro que a actividade média a que se refere a tabela, não especifica o tipo de trabalho executado o qual pode fazer variar muito o número de calorias que é necessário fornecer ao organismo.

Para confirmar estas variações citaremos que o número de calorias que um indivíduo com 70 kg de peso consome em certas actividades é aproximadamente o seguinte:

- 300 calorias por 1 hora de dança;
- 290 calorias por 1 hora de ginástica;
- 140 calorias por 1 hora de escrita à máquina;
- 500 calorias por 1 hora de natação;
- 1100 calorias por 1 hora de exercício de subida de escadas.

Daqui concluímos que, por exemplo, um servente de pedreiro, para além do exercício de carga e descarga, só pelo trabalho de subir e descer escadas, consome maior número de calorias que

o próprio pedreiro fixado na sua tarefa, no local do trabalho.

As calorias necessárias ao trabalho vamos buscá-las a 2 grupos de alimentos: as gorduras e, principalmente, os hidratos de carbono.

Passando em revista os componentes habituais da nossa alimentação podemos, por facilidade de consulta, agrupá-los consoante os principais elementos que fornecem ao organismo.

Assim, podemos considerar 6 grupos de alimentos.

De posse destes elementos vamos agora considerar a composição da dieta humana, racional.

Primeiro teremos que fornecer as proteínas, vitaminas e sais minerais necessários à boa função, manutenção e crescimento do organismo. A percentagem de proteínas da alimentação deve ser naturalmente maior na dieta dos jovens cujo organismo está em crescimento.

O número de calorias necessário ao trabalho despendido pelo indivíduo será fornecido principalmente por uma proporção adequada de hidratos de carbono e gorduras, proporção essa em que predominam os hidratos de carbono.

Por serem mais caros os alimentos ricos em proteínas, convém considerar especialmente as quantidades mínimas diárias que devemos ingerir desses alimentos, a fim de evitarmos dietas insuficientes nesses alimentos.

Calcula-se que as proteínas devem preencher 10% a 15% das necessidades calóricas diárias. Assim, um trabalhador de 22 anos que deve ingerir 3700 calorias diárias, terá de integrar na sua dieta, proteínas que forneçam 4 calorias. Como cada grama de proteínas

fornece 4 calorias, teremos que o mesmo trabalhador terá de ingerir 93 a 140 g diárias de proteínas. Os alimentos que contêm proteínas, como a carne, contêm ainda gorduras, tendões, nervos etc., que não devem ser considerados para o peso de proteínas apontado.

Das várias tabelas existentes apresentamos uma que, na prática, recomenda como *quantidades mínimas* a fornecer ao adulto, as seguintes:

Estas quantidades mínimas terão de ser substancialmente aumentadas se se tratar dum trabalhador rural ou outro que despenda grande esforço físico.

Considerando este quadro, ficamos com a certeza de, na prática, se tornar impossível fornecer estas variedades todas, diariamente.

O ideal seria que todos os dias se ingerissem todas estas variedades de alimentos mas, na sua impossibilidade, teremos de compensar a dieta. Assim, se num dia não tivemos 1 ovo na nossa dieta, teremos de procurar no grupo de alimentos a que o ovo pertence (QUADRO I) a compensação das proteínas, aumentando por exemplo, a quantidade de carne ou peixe.

Uma refeição com grão, feijão ou ovo, pode fazer diminuir um pouco as quantidades de carne ou peixe, visto que pertencem ao mesmo grupo de alimentos fornecedores de proteínas.

Não podemos porém ficar com a ideia de que a carne, peixe e ovos podem ser substituídos totalmente por feijão, grão ou ervilhas uma vez que, embora todos estes alimentos forneçam proteínas, as proteínas animais são diferentes das dos vegetais e as primeiras têm funções específicas que não podem ser desempenhadas pelas segundas.

Não sendo possível confeccionar diariamente uma dieta completa no que respeita às variedades, terá de haver o cuidado de, ao longo da semana, essa variedade ser assegurada, a fim de evitar carências no organismo.

Chamo aqui atenção especial para o que diz respeito ao consumo de leite. Infelizmente o uso de leite não está generalizado na população portuguesa, mas *não podemos deixar de sublinhar a importância que este alimento tem na dieta humana, sobretudo na primeira infância e adolescência.*

Quanto a variedade de alimentos ricos em proteínas, devemos ter presente que o valor nutritivo da carne não é superior ao do peixe ou ao dos ovos.

É preferível uma dieta diária com suficiente quantidade de ovos, frango ou peixe, que um regime alimentar com carne de vaca, apenas uma ou duas vezes por semana que, por ser mais cara, não pode estar presente diariamente na mesa do trabalhador português.

QUADRO I

GRUPOS DE ALIMENTOS	APORTE BÁSICO
I Grupo Carnes Peixes Ovos Legumes secos Leites	Proteínas
II Grupo Leites Queijos	Cálcio Gorduras
III Grupo Gorduras	Gorduras Vitamina A
IV Grupo Pão Cereais	Hidratos de carbono
V Grupo Verduras cruas Frutas cruas Verduras cozidas Frutas cozidas	Princípios minerais Vitaminas Princípios minerais Vitaminas termoestáveis
VI Grupo Produtos açucarados	Hidratos de carbono

(Cont. na pág. 32)

O que é o GAPC? grupo de apoio às pequenas colectividades

O GAPC, ou Grupo de Apoio às Pequenas Colectividades, é um organismo da Direcção-Geral dos Desportos, cuja função é a dinamização da actividade desportiva a nível nacional, através dos pequenos clubes e de outros organismos representativos das populações. O *Correio do Povo* falou com alguns membros do GAPC, Isabel Rocha, Rosa Serradas Duarte e Francisco Carreiro da Costa, que nos explicaram as intenções e os critérios que presidem à actuação do GAPC.

CdP — Como surgiu o GAPC

GAPC — O Grupo de Apoio às Pequenas Colectividades foi constituído no sentido de dinamizar a prática desportiva ao nível de toda a população, partindo da existência de determinadas colectividades e pequenos clubes no nosso país. O GAPC põe-se assim numa perspectiva de neutralização de toda a política seguida pelo regime fascista no sentido de dividir e afastar as populações da participação na sua própria vida. Pensamos que é essencial incentivar os pequenos clubes para que, através deles, se possa dinamizar toda a zona onde se inserem, tanto ao nível das pessoas que frequentam esse clube como das que não sendo sócias desses clubes queiram participar na construção de uma nova sociedade, onde a prática desportiva seja entendida não só como uma necessidade mas também como um direito.

CdP — Qual a forma de actuação do GAPC?

GAPC — A partir de um pedido de apoio de um clube e numa 1.ª reunião com esse clube, propomos um contacto com várias entidades que nos parecem poder dar prosseguimento ao processo que pretendemos que se desenvolva, que é o de aglutinar a população de uma determinada zona para a resolução dos seus problemas. Promovemos, em seguida, uma reunião desse clube com outros clubes da mesma zona, bem como com as comissões de moradores e a própria junta de freguesia, para que em conjunto se estude uma forma de animar a prática desportiva nessa zona. O que interessa fundamentalmente é que os clubes saiam de uma forma individualista de actuar e comecem a estabelecer ligações com outros clubes e associações das suas freguesias ou

concelhos, uns podendo suprir as necessidades dos outros e vice-versa. Assim se um clube tem um bom salão mas não tem um campo desportivo e se outro, nessa mesma freguesia ou concelho, possuir o campo e não tiver o salão, eles devem entrar em contacto, ultrapassando clubites e rivalidades para que, avançando em conjunto, possam superar dificuldades comuns. E aqui gostaríamos de referir concretamente o caso da União dos Clubes de Campolide (UCC), que foi a 1.ª união de clubes que se criou, e que engloba 14 colectividades e a junta de freguesia de Campolide. Essas colectividades puseram todos os seus recintos e espaços desportivos ao serviço da UCC e dessa forma, ao serviço de toda a comunidade. Neste momento já funciona todas as semanas a natação para crianças, com um orientador, o judo tem igualmente já umas dezenas de miúdos a praticar, tendo-se colocado o tapete numa colectividade que reunia condições para isso. Já se realizou, também, um curso de animadores desportivos e, em alguns terrenos disponíveis, foram montadas tabelas para a prática do mini-basquetebol.

CdP — Como devem proceder os clubes para a obtenção de apoios, e qual o tipo de apoio possível?

GAPC — Primeiro que tudo gostaríamos de esclarecer que não são somente os clubes que podem beneficiar do nosso apoio, pois que, sendo ele destinado a toda a comunidade, pode ser dado tanto através de um clube, como através de outras associações, tais como organismos operários ou rurais. Os clubes devem contactar as delegações distritais da Direcção-Geral dos Desportos, que são apoiadas por professores de educação física. Estas delegações respondem a todas as solicitações de carácter desportivo a nível distrital. O GAPC está responsabilizado pela concepção de actuação a nível nacional, as delegações são as executoras e as canalizadoras de informação das necessidades e carências dos seus distritos. Quanto aos tipos de apoio possíveis, estão dependentes dos critérios existentes, que visam uma efectiva utilização desse mesmo apoio. Assim o clube deve promover um desporto aberto à comunidade, de carácter educativo, com continuidade de acção e com crescente mobilização de praticantes. A colectividade deve ainda instituir-se via de acesso para o apoio a prestar pela Direcção-Geral dos Desportos à comunidade. A partir destes critérios se define o tipo de apoio a prestar, que vai desde apoio documental e na formação de quadros, nomeadamente animadores desportivos. Nun-

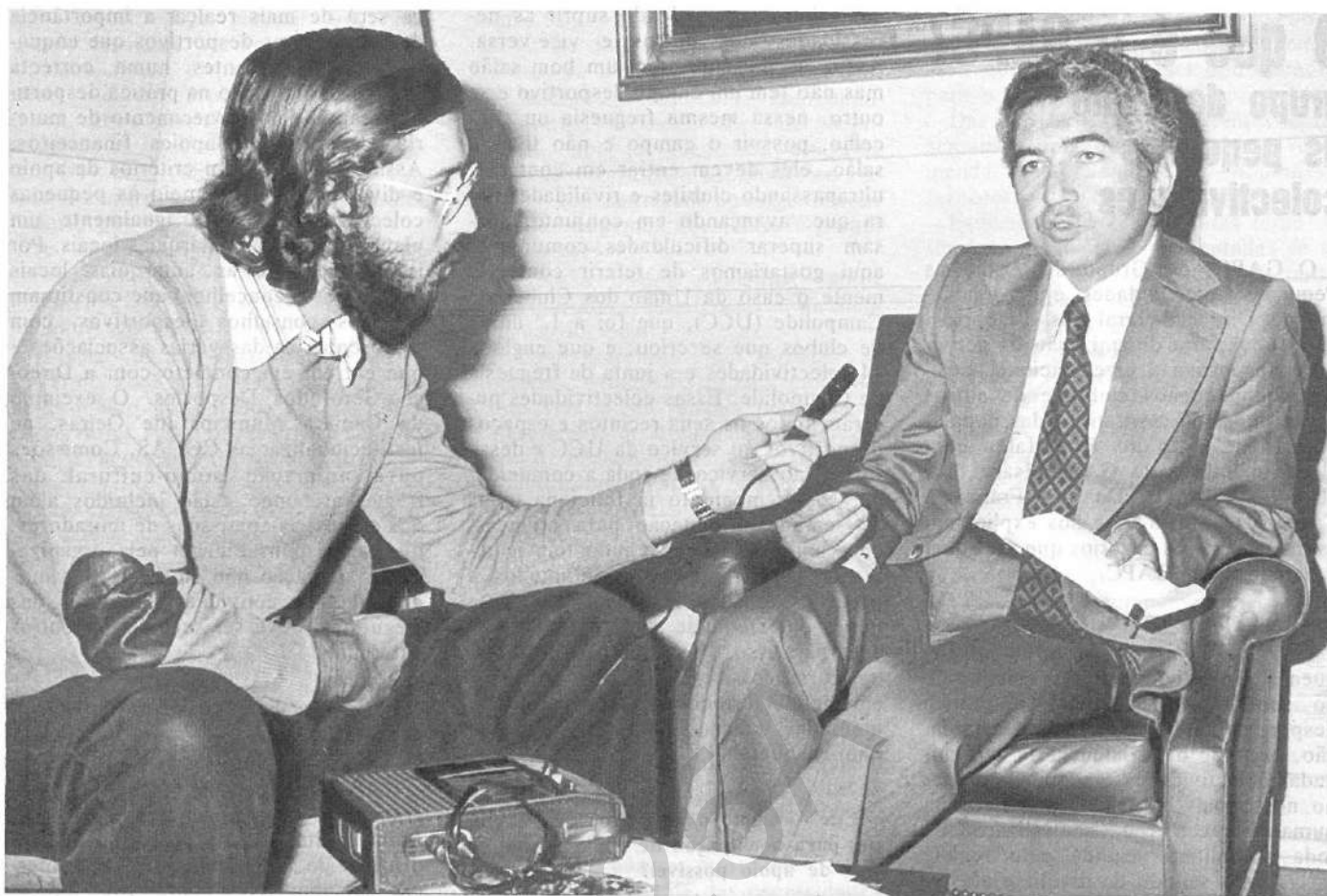
ca será de mais realçar a importância de orientadores desportivos que enquadrem os praticantes numa correcta visão e participação na prática desportiva, a apoios no fornecimento de material desportivo e apoios financeiros. Assim como existem critérios de apoio e diversos tipos de apoio às pequenas colectividades, existe igualmente um plano de apoio às autarquias locais. Por isso sugerimos às autarquias locais (freguesias e concelhos) que constituam os seus conselhos desportivos, com representantes das várias associações e que entrem em contacto com a Direcção-Geral dos Desportos. O exemplo da Câmara Municipal de Oeiras, ao institucionalizar as COCAS, Comissões para animação socio-cultural das freguesias, onde estão incluídos além dos clubes, as comissões de moradores, que se responsabilizam pela organização e animação não só desportiva mas de todas as actividades culturais das freguesias, deve ser seguido por outras autarquias.

CdP — Quais as próximas actividades do GAPC?

GAPC — Temos já planeado e programado, para os meses de Maio, Junho e Julho, uma acção nos vários distritos do País, com o fim de despertar as populações para que tomem parte no processo de animação desportiva. É evidente que, numa estada breve, não se vai produzir um grande trabalho, mas às delegações distritais competirá, em seguida, dar continuidade ao processo. Uma falsa ideia que importa, desde já, destruir, é a da necessidade de um recinto coberto para a prática desportiva. A prática do desporto ao ar livre impõe-se, não só devido às condições económicas do País, que se reflectem evidentemente, na capacidade económica da Direcção-Geral dos Desportos, como é muito mais salutar. O que é necessário para a prática desportiva é um terreno plano, material e pessoas dispostas a actuar da forma que acharem mais correcta. O caso de Cuba é flagrante: existe um único recinto coberto, o que não impede que mais de 3 milhões de pessoas pratiquem desporto nas suas horas de lazer ou nos fim-de-semana. Têm uma única pista de «tartin», mas 800 de terra batida, o que lhes permite terem, para além de uma enorme massa de praticantes, alguns campeões mundiais de atletismo.

As pessoas têm, pois, de mentalizar-se para a prática desportiva ao ar livre.

O GAPC (Grupo de Apoio às Pequenas Colectividades), trabalha no edifício da Direcção-Geral dos Desportos, na Avenida Infante Santo, em Lisboa.



BATALHA DA PRODUÇÃO E TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

— Temas de uma entrevista com o Ministro das Finanças, Eng. José Fragoso

O Plano Económico de Emergência: a «batalha da produção»; o nosso comércio com o estrangeiro; os problemas do emprego e a dificuldade de mobilizar toda a capacidade de produzir numa Economia que rege-se ainda pelas leis do Mercado; Banca nacionalizada, poderoso instrumento financeiro a ser posto ao serviço das massas trabalhadoras nas fábricas e nos campos; as remessas dos emigrantes, sua evolução após o derrube do fascismo e a sua importância para equilíbrio da nossa Economia, eis algumas das questões abordadas nesta entrevista, que contribuirá, estamos certos, para a tomada de consciência de todos os trabalhadores, leitores do *Correio do Povo*, do papel histórico que assumem nesta fase de transição para o Socialismo.

CdP — Existe actualmente um novo Plano de Emergência que substitui o antigo Programa económico. Porquê este novo plano como medida de emergência e quais as suas características fundamentais?

MdF — Existe efectivamente um novo plano, já que o chamado Programa Económico e Social foi elaborado numa fase determinada do processo revolucionário português. Com o 11 de Março criou-se uma correlação de forças diferentes que permitiu elaborar um novo plano, ainda que sob a forma de medidas de emergência, com características mais progressistas que o anterior Programa económico-social.

Antes do 11 de Março existia uma nítida diferença entre o poder político e o poder económico que não permitia o

avanco do processo democrático. O 11 de Março permitiu a concretização de uma série de medidas tais como a nacionalização da Banca e dos Seguros e das principais empresas industriais, suprimindo essa oposição entre o poder político e o poder económico. Portanto, pode-se avançar no sentido de um planeamento do desenvolvimento económico, porque o próprio poder político passou a dominar os meios convenientes para esse efeito.

CdP — Falou em supressão da oposição entre o poder político e o poder económico existente antes do 11 de Março. Gostaríamos que caracterizasse melhor essa afirmação, pois continua a dizer-se que vivemos numa sociedade capitalista. Se realmente essa supressão aconteceu e já não estamos mais em

sociedade capitalista típica, então em que sociedade estamos?

MdF — Estamos indiscutivelmente a viver em sociedade capitalista, mas a propriedade social aumentou significativamente com as nacionalizações. A diferença fundamental entre o pré-11 de Março e o pós-11 de Março é que o poder político encontrava-se dissociado do poder económico; com o processo das nacionalizações, o poder económico não foi totalmente desmantelado, certos grupos que dominavam a economia portuguesa perderam a implantação que tinham anteriormente, alguns continuaram com actividades porventura menores, mas o que é certo é que não comandam a economia, como até então se verificava.

As medidas de emergência situam-se em diversas áreas de actividade da vida económica e social do País, e procuram atingir determinados objectivos. O primeiro, no plano político, visava o desmantelamento desse centro autónomo do poder económico (os monopólios) que comandava a sociedade portuguesa, tendo sido este objectivo atingido. O segundo objectivo é o relançamento da própria economia nacional. Quer dizer, a partir do momento em que o poder dos monopólios foi afectado, as condições de dinamização da vida económica mudam completamente de sentido. Tem de ser o Estado a comandar o processo. A Banca e os Seguros nacionalizados (independentemente do tal objectivo político) são instrumentos financeiros extremamente poderosos para restabelecer a vida económica. Sem uma Banca nacionalizada, era impossível um tipo de acção coordenada que, em primeiro lugar, visa pôr as empresas no seu funcionamento normal e restabelecer os níveis de emprego.

CdP — Fala-se na «batalha da produção e da produtividade» como tarefa prioritária para o avanço da Revolução portuguesa. Quer comentar esta afirmação?

MdF — A expressão «produtividade» poderá ser entendida tecnicamente em vários sentidos, mas essencialmente significa obter maior produto com o mesmo esforço; portanto, isso, será aumentar a produtividade do trabalho, mas pode falar-se também em aumentar a produtividade do capital, isto é, com a aplicação do mesmo dinheiro obter um rendimento monetário superior. A «batalha da produção e da produtividade» tem de entender-se no seu sentido amplo, isto é, o de tentar conseguir que a população em geral se dedique mais ao seu trabalho, no sentido de aumentar a riqueza nacional. Esse aumento de riqueza é uma condição fundamental para a melhoria de vida da população.

O efeito da redistribuição, o corrigir das desigualdades sociais, por transferência de rendimentos que são dos ricos para as classes mais desfavorecidas, não é suficiente para a grande melhoria que o povo português ambiciona. Há, de facto, que criar mais riqueza, que é indispensável para o funcionamento normal da nossa economia. Por exemplo, hoje em dia verifica-se que as importações de produtos alimentares atingem cerca de 20 milhões de contos e isto pesa de forma extremamente desfavorável no equilíbrio da nossa balança de pagamentos, ou seja, nas nossas relações com o exterior. Estaremos a importar 20 milhões de contos de produtos para a nossa alimentação, não é situação que possa ser aceite, portanto a nossa primeira frente na batalha da produção situa-se no sector agrícola. Já houve medidas tomadas pelo Governo, tal como a Reforma Agrária e outras medidas complementares tomadas pelo Ministério das Finanças, como por exemplo o novo sistema de crédito para apoiar a produção.

CdP — Falou em criar riqueza. Mas no Norte do País as pessoas trabalham



Estamos a importar 20 milhões de contos de produtos para a alimentação!

365 dias por ano, criando o máximo de riqueza que é possível numa terra tão dividida e subprodutiva, e apenas retirando dela o indispensável para a sua subsistência.

Falou ainda em importação de bens alimentares, mas Portugal sempre foi caracterizado como sendo um país essencialmente agrícola...

MdF — As importações que mais pesam são o milho e o trigo. As importações de milho creio que rondam os 5 milhões de contos e as de trigo cerca de 3 milhões: o bacalhau 1 milhão e 800 mil contos. Não tenho dúvidas que há

condições para produzir mais milho do que aquele que se produz actualmente em Portugal. É o próprio Ministério da Agricultura que o diz.

A questão que me põe é extremamente legítima. Há efectivamente terrenos que são explorados quase em regime de economia de subsistência, as pessoas produzem o suficiente para se alimentarem mas não estão inseridas num sistema económico normal, na chamada economia de mercado. A melhoria do nível de vida dessas populações implica a necessidade de fazer um estudo do solo, da maneira de exploração deste e conseqüentemente do seu rendimento, o que viria a originar uma reconversão do trabalho de algumas dessas pessoas. Isto é, passariam a trabalhar noutros sectores que não fossem a agricultura. Simplesmente neste momento é impossível fazer isso, dada a crise de desemprego que o País atravessa. Não existem condições propícias para se transferir essas pessoas para outros sectores, como a indústria ou os Serviços.

De qualquer forma há possibilidades de elas trabalharem melhor, com mais produtividade e aumentarem mesmo a produção agrícola. E consegui-lo-ão, no meu entender, se por um lado obtiverem assistência técnica capaz por parte do Ministério da Agricultura e, por outro, a assistência bancária que proporcione a essas pessoas o dinheiro necessário e no momento exacto. Foi só após a nacionalização da Banca que se criaram condições para que fosse discutido, ao nível dos bancos com os Ministérios, neste caso o Ministério da Agricultura, a forma adequada de financiar os agricultores. Tendo o Ministério da Agricultura indicado os produtos que deviam ser financiados, qual o dinheiro que os agricultores precisavam de região para região. Discutiui-se ainda a melhor forma de fazer chegar o crédito às mãos dos agricultores e no momento mais oportuno. E isto só é possível dentro dum sistema bancário nacionalizado, já que esta forma de conceder o crédito não é para os bancos uma forma rentável, em termos capitalistas.

CdP — Quando falou há pouco na possível transferência de pessoas para outros sectores da actividade económica, admitiu também a hipótese duma transferência geográfica, de região para região?

MdF — Não necessariamente. Nalguns casos, será assim por força das circunstâncias mas deveria haver um objectivo político, um objectivo económico, de criar trabalho a nível regional, evitando tanto quanto possível aglutinar essas pessoas que estão em excesso na agricultura, em centros urbanos situados na faixa litoral do País.

CdP — Na «batalha da produção», para além da frente no sector agrícola, existem outras frentes...

MdF — Outra frente é, de uma forma geral, toda a actividade económica, toda a produção industrial e produção de serviços, há necessidade de pôr a trabalhar as empresas no máximo das suas capacidades. Evidentemente, pôr a trabalhar as empresas no máximo das suas possibilidades, põe o problema de haver mercado existente em Portugal. Quer dizer, há mercados que deixaram de funcionar, por exemplo, o mercado dos compradores de andares não funciona como anteriormente (isto no plano interno). Isto condiciona uma série de actividades produtivas que estão a montante da construção de habitações como sejam por exemplo o fabrico de materiais de construção. O mercado externo é sensível a uma recessão (quebra, decréscimo), por exemplo da exportação de têxteis, factor importante na nossa economia, e verificava-se uma quebra importante nessa exportação, o que dá consequência a uma crise industrial sobretudo nesses sectores. De modo que, esta frente de batalha implica o restabelecer de mercados no plano interno, pela via financeira, conceder crédito, por exemplo, para a habitação, para que se crie um outro tipo de mercado, o mercado da pessoa que vai ser proprietária do seu andar para habitar. O que desapareceu foi o mercado da compra de andares para rendimento. Temos de restabelecer o mercado da compra de andares para habitação própria e temos que, financeiramente, reforçar os meios do Estado e das autarquias locais para que se amplie ou se estabeleça um programa de habitação social, restabelecendo nessa perspectiva o mercado da construção, e colocando a generalidade dos trabalhadores da construção em situação de pleno emprego, no sentido de toda a sua actividade corresponder a criar riqueza que seja contrapartida do salário que recebe. É com bastante preocupação que o ministro das Finanças vê o Estado a assistir financeiramente algumas empresas, garantindo os níveis de remunerações que tinham anteriormente e na realidade os trabalhadores não estão a criar riqueza que corresponda aos salários que recebem, porque são empresas que não encontram mercado para colocar a força produtiva dos seus trabalhadores. Eles estão a ser subsidiados pela comunidade e não estão a produzir riqueza para o conjunto do País. Em suma, esta situação é altamente preocupante e não se pode manter por muito mais tempo.

CdP — A culpa não está propriamente nos trabalhadores mas nas próprias condições de mercado e poderíamos aí entrar com o problema mais geral por-

que se fala em produção e verificamos ao mesmo tempo haver sub-utilização dos factores produtivos em termos de mão-de-obra (os 200 000 desempregados são bem prova disso), mas também na capacidade produtiva das máquinas, etc.

MdF — Realmente a fase que nós vivemos do processo democrático português implica que os trabalhadores assumam responsabilmente tarefas que lhes correspondem no processo económico. Cada uma dessas empresas é uma unidade de trabalho em que há meios de produção e há factores humanos. De uma maneira geral, para as empresas que o Estado tem assistido

encontrando os mercados que lhe correspondam. Ao mesmo tempo é angustiante ver essas empresas que são subsidiadas pelo Estado estarem semi-inactivas, por exemplo algumas delas são empresas de construção que não aplicam a sua capacidade na realização de trabalhos públicos, na construção de habitações, sector onde há uma carência manifesta.

SET — Penso que é aí que os trabalhadores têm de ter consciência, como interessados no próprio processo. Porque eu julgo que nós estamos numa fase de transição para o socialismo, portanto não estamos objectivamente



Há que criar mais riqueza, que é indispensável para o funcionamento da nossa economia

financeiramente designam-se Comissões Administrativas, técnicos competentes nessas actividades, do ponto de vista técnico ou do ponto de vista de gestão financeira das empresas, que são colocados nessas empresas para ajudarem os trabalhadores a encontrar a via mais adequada para resolverem os problemas das empresas. É absolutamente necessário que isto seja claramente compreendido. Isto não significa que estas empresas tenham passado à esfera da administração pública, não significa que os trabalhadores tenham as suas remunerações absolutamente garantidas. Significa que o Estado colocou à disposição daquele grupo social apoio financeiro, e que esse grupo social tem de entender que é um apoio financeiro que lhe é dado pela colectividade e que não pode ser desperdiçado, que é condição necessária para que aquela unidade produtiva subsista e portanto dinamicamente tem de procurar no conjunto do mercado nacional e certamente em colaboração com a própria administração pública um caminho para o seu próprio desenvolvimento.

numa sociedade capitalista em que os trabalhadores se encontram em oposição a um Estado que detém a maioria dos meios de produção e o aparelho de financiamento e portanto os trabalhadores têm de encontrar uma forma de participação ajudando a reconstrução dessas firmas, ajudando o Estado numa forma de reconversão dessas empresas. Isto em alguns sectores não tem estado a acontecer, e eu julgo que só com interesse e só com a força organizada dos trabalhadores que, juntamente com os técnicos e os meios financeiros que o Estado pôs à disposição da empresa, será possível reconverter e encontrar produtos que satisfaçam as necessidades da sociedade portuguesa, portanto haver um controlo social daquilo que se produz.

CdP — Pode precisar este ponto, qual a sua ideia, sobre a maneira como se exercerá esse controlo dos trabalhadores?

SET — É facilitado nos sectores em que existe um sindicato vertical por

actividade. Ai é fácil encontrar uma organização sindical que possa realmente controlar a produção das unidades, como aconteceu por exemplo no sector bancário, onde houve uma forma organizada de controlo do sistema de crédito que evitou muitas sabotagens na economia nacional. Noutros sectores será mais difícil mas eu julgo que será possível avançarmos no processo revolucionário após a institucionalização adequada, para cada sector de actividade, de uma forma de controlo da produção por parte dos trabalhadores. Só depois de encontrarmos essa forma de controlo é que poderemos dizer que realmente caminhamos para uma sociedade socialista.

CdP — Nós estamos numa situação nova, pois estávamos acostumados a estar na oposição, e a capacidade de reivindicação dos trabalhadores na oposição é muito maior. Por isso é necessário definir essa participação dos trabalhadores, porque falar em controlo sem dar ou precisar os meios para esse controlo e sem incitar os trabalhadores para esse controlo, parece-nos muito vago.

MdF — Se me dá licença eu fazia um comentário paralelo sobre este assunto. Nós temos que ter bem presente as mudanças verificadas no sector económico e a posição do Estado em relação a elas. Com as nacionalizações da Banca, dos Seguros e de certas empresas, a que se acrescentam ainda o controlo geral do Estado sobre diversas actividades económicas, uma parte enorme do aparelho produtivo nacional passou ao controlo e orientação do sector público. Portanto o sector público, desde que haja uma direcção política correcta, está em condições de comandar o processo económico português no sentido da sua evolução num sentido favorável a generalidade da população portuguesa. Assim há que ter claro que o conflito tradicional entre os trabalhadores e o patronato desapareceu no sector social. O grande objectivo que se põe neste momento, tendo em conta que estamos numa fase de transição para o Socialismo, é que os trabalhadores venham a assumir o próprio processo produtivo como um processo que é seu que faz parte da dinâmica dos trabalhadores. Com essa nova conquista social que é o facto de pertencer aos trabalhadores o processo produtivo, nesse sector social desaparece uma contradição fundamental. Existem outras contradições que subsistem, porventura, entre uma gestão que continua a ser tradicional, gestão feita sem que os trabalhadores assumam a sua participação, uma gestão desligada de interesse directo dos próprios trabalhadores. E isso ainda não foi superado.

Nós acreditamos que os trabalhadores possam, no seio dessas empresas, com imaginação, com criatividade, com

a sua força organizada, de que falava o Mário Brandão há pouco, imprimir-lhes toda uma outra dinâmica. É tudo isto que cabe dentro da tal expressão «Controlo da produção pelos trabalhadores».

CdP — Não podemos, contudo, esquecer que pôde, por vezes, haver divergências entre os interesses dos trabalhadores e os programas partidários ou o projecto, mais global, do Governo.

MdF — Temos que distinguir bem aquilo que muitas vezes é a prática do trabalhador como tal, e aquilo que é por vezes a sua consciência política. Não há dúvida nenhuma de que terá havido trabalhadores que tenham votado em partidos de direita, isso será talvez mais significativa nos meios rurais; e, no entanto, quando inseridos no meio de trabalho a que pertencem, tenham uma prática de esquerda. É isso que leva a justificar a que se distinga no plano da análise dos fenómenos sociais o que, por um lado, é a força eleitoral dos partidos e, por outro, é a força social dos partidos, na sua própria capacidade de mobilização dos trabalhadores para determinados objectivos. A questão é complexa e a resposta consente várias direcções para o seu esclarecimento. No entanto, eu estou de acordo que não confinemos análises que porventura são perfeitamente válidas para determinadas zonas do País e não as transpunhamos para o conjunto do País. Sem prejuízo disso, eu observaria que uma das zonas onde é mais importante o controlo social da produção pelos trabalhadores é, precisamente, no meio rural, a região sul, o Alentejo. Mesmo na fase actual, é capaz de ser mais nítido relativamente ao sector agrícola, na região sul, o assumir por parte dos trabalhadores o processo produtivo claramente na linha dos seus interesses materiais e sociais, do que nas próprias actividades industriais

CdP — A recente venda de vinho a União Soviética foi criticada por diversos sectores, por se afirmar ser vendido a preços bastante baixos. Como se processou esta venda?

SET — O vinho como, aliás, outros produtos, tem uma cotação internacional, cotação essa que varia consoante a produção anual do vinho. Nós temos o caso concreto dos franceses, que dificultaram a entrada de vinho em França, com medo que o vinho entrasse a um preço inferior ao custo de produção. Já que a cotação internacional nada tem a ver com os custos, tem a ver com a procura e a oferta no mercado mundial. Pois os franceses evitaram a entrada física de vinho em França, por aquelas manifestações de fronteira que os jornais noticiaram.

A União Soviética é um comprador e portanto não está a dar subsídios. Está



Mário Brandão, Secretário de Estado do Tesouro: «Só depois de encontrarmos uma forma de controlo da produção pelos trabalhadores poderemos dizer que caminhamos realmente para uma sociedade socialista»

a comprar, com base nas cotações internacionais, que neste momento são favoráveis em relação ao preço do vinho português, e ainda com a agravante de que quando as cotações internacionais são baixas, há uma quantidade enorme de ofertantes. Há até uma técnica nestes casos, por parte da procura, em que se compra a pouco e pouco, para jogar com o mercado da procura e da oferta. Julgo que a compra de vinho da União Soviética a Portugal foi feita à cotação internacional do vinho no mercado mundial.

Cito-lhe ainda o caso da amêndoa, em que a Junta Nacional das Frutas interveio chegando a comprar produções que não foram só as de 1974 mas as de 1973 que ainda existiam, exportando-as, depois, a um preço internacional, cuja cotação não é totalmente favorável, mas não é desfavorável. É um preço razoável.

CdP — Após as nacionalizações, quais as funções do Ministério das Finanças e qual o seu papel na criação de novos postos de trabalho?

MdF — Há que ter bem em atenção a função do Ministério das Finanças no quadro da organização pública e administrativa da Nação. O Ministério das Finanças exerce, fundamentalmente, uma função financeira relativamente aos outros departamentos da administração pública. Função financeira que no momento actual, após a nacionalização da banca, se exerce fundamental-

mente através de duas grandes vias. Uma, o orçamento geral do Estado; e a outra, através do sistema bancário. O Ministério não exerce propriamente uma acção directa na criação de postos de trabalho, na resolução do problema do emprego. É, essencialmente, um agente de serviços: nós asseguramos o crédito, o dinheiro necessário para que se restabeleça a vida económica das empresas ou para que se criem novas unidades de produção ou para que executem novos empreendimentos que vão precisamente criar emprego. É assim no que toca o Orçamento Geral do Estado, em que há um grande capítulo da despesa extraordinária que essencialmente corresponde à realização de investimentos, investimentos que passam por outros Ministérios, como o Ministério do Equipamento Social, o Ministério da Administração Interna, que toca de perto as autarquias locais, o Ministério dos Transportes e Comunicação, o Ministério da Indústria. São esses os agentes directos da gestão das actividades económicas que criarão, através de novas fábricas, novos sistemas de comunicação, os novos postos de trabalho, as novas possibilidades de emprego.

CdP — Após a intentona de 11 de Março, a Banca foi nacionalizada. Qual o alcance desta medida?

SET — Pôr à disposição do poder político uma das grandes fontes de financiamento e talvez, no meu entender, a mais importante. Como o ministro das Finanças referiu, há duas formas de financiamento: através da arrecadação dos impostos por parte do Estado, constituindo, assim, as suas receitas orçamentais; e fazendo as suas despesas orçamentais, e isso é uma forma de financiamento. Existe, depois, outra forma de financiamento através da poupança, que se materializa nos bancos e constituem uma massa monetária que pode ser aplicada em financiamento. Até à nacionalização dos bancos, o Estado, o poder político só tinha força sobre o orçamento, sobre portanto uma das partes do financiamento. A partir da nacionalização, passou a ter a possibilidade de comandar o outro sector. Verifica-se que, após estas medidas de nacionalização, o Estado tem a possibilidade de encaminhar toda essa massa monetária que circulava pelos bancos para objectivos que sejam considerados os mais adequados, tendo em conta a política económica do Governo. Daí se justifica terem aparecido determinadas medidas selectivas de crédito que avançaram, após a nacionalização, e que antes da nacionalização era bastante difícil fazer avançar com ela, na medida em que os gestores dos bancos contrariariam de qualquer forma, essas políticas selectivas. E o que são essas políticas selectivas de crédito? Por um lado, são

medidas que obstam a um crescer desmesurado do consumo em bens que Portugal não possa produzir, e que, portanto, não criam emprego; e, por outro lado encaminhar o crédito para actividades que correspondam a uma produção efectiva que nós possamos fazer aqui. E dou-lhes um exemplo: É possível, hoje, nós podermos aplicar 5 milhões de contos como estão previstos para o financiamento da agricultura, quando antes da nacionalização as verbas eram ridículas. E como o dinheiro não cresce do chão, é preciso desviá-lo de sectores que nós consideramos menos produtivos. A grande preocupação, hoje, é encaminhar o crédito no sentido de aumentar o emprego, no sentido de tentar que a balança de pagamentos não se desequilibre mais do que está e, portanto, criar riqueza interna. É bom que se saiba que há dois tipos de balanças, sob o ponto de vista económico. Existe, por um lado, a balança comercial, que é a diferença entre as exportações e as importações; e existe, depois, uma balança de pagamentos, que é essa balança comercial adicionada com entradas e saídas de capitais, portanto com a entrada e saída de dinheiro a que não corresponde troca de mercadorias. As nossas medidas de crédito vão todas no sentido da produção, no sentido da batalha da produção. É pôr à disposição das massas trabalhadoras dinheiro que as ajudem a resolver os seus problemas nas fábricas, nos campos, as ajudem a produzir. É necessário, da parte do Estado, desviar dinheiro daquelas actividades, que nem têm muito emprego na maior parte dos casos, e que têm por detrás de si toda uma produção que não é feita cá dentro, mas sim no exterior do País.

Muita gente tinha a ideia que os bancos tinham o dinheiro todo à disposição. Essa é uma ideia errada e de facto as coisas não se passam assim.

A maior parte do dinheiro dos bancos estava aplicado em investimentos, portanto em crédito, que eles tinham facultado. Neste momento, estamos a aplicar tudo o que aparece em bom crédito e, por outro lado, estamos a tentar recuperar parte daquele que era mal aplicado. É nisso que consistem realmente as grandes medidas selectivas de crédito. Não é pensar que os duzentos e tal milhões de contos que correspondem aos depósitos nos bancos hoje, se possam aplicar integralmente na economia. Isso é perfeitamente utópico e revela falta de conhecimento das realidades.

CdP — Qual o papel das remessas dos emigrantes na nossa economia e qual tem sido a sua evolução?

SET — Em relação às remessas de emigrantes, elas são grande factor de equilíbrio da nossa balança de pagamentos. Nós temos um grande *deficit* da balança comercial que, em 1974,

segundo as nossas previsões, anda à volta de 50 milhões de contos, que são parcialmente cobertos pelas remessas dos emigrantes, que devem ter-se situado nos 25 milhões de contos, sendo em 1973 cerca de 24 milhões. Não houve portanto em 1974, ano da revolução, oscilação para menos em relação ao ano anterior. Houve de certa forma uma estabilização no envio das remessas, mas não houve grandes oscilações e essa estabilização é mais encarada por nós como derivada da própria crise do capitalismo europeu, onde se situa a maior parte da nossa emigração. Crise que retirou horas extraordinárias, criou um certo desemprego e que, portanto, obistou que viesse a crescer aquele caudal de dinheiro que estávamos habituados em 1973, que até meio do ano, portanto antes do aumento do preço do petróleo, foi um pouco o auge da economia capitalista europeia.

As remessas ajudam-nos a equilibrar, vão refazendo o nosso «pé-de-meia», que são as nossas reservas em ouro e em moeda estrangeira, mas não resolvem o nosso problema, que é mesmo o problema da produção. Não é estarmos a pensar que a produção que é feita pelos nossos compatriotas lá fora, vem resolver o problema aqui dentro. Numa fase transitória, poderá atenuar o problema, é nós reconhecemo-lo, mas temos é realmente que começar a produzir o mais possível cá dentro do País.

SAÚDE

(Cont. da pág. 26)

Para confirmar esta afirmação diremos, por exemplo, que 100 g de carne limpa correspondem em valor nutritivo, a 100 g de peixe limpo ou a dois ovos.

Quanto às necessidades da dieta em vitaminas e sais minerais, consultando o QUADRO I, ficamos com a certeza da necessidade de introduzir frutos e verduras, diariamente, na nossa alimentação.

Ainda se atentarmos bem no QUADRO II, verificamos que as batatas, arroz, massas e pão, fontes principais de calorias, não devem exceder, diariamente, 725 g. 725 grs. Assim, um prato muito frequente em Portugal como é o bacalhau com batatas, deve ser confeccionado na proporção de 200 g de bacalhau para 250 g de batatas e 250 g de hortaliça. Na prática, verificamos que esta proporção não é respeitada, havendo muito maior ingestão de batatas, ou seja, de hidratos de carbono, com prejuízo para o bacalhau ou seja, as proteínas.

Mas se juntarmos a uma menor porção de bacalhau que a indicada um ou dois ovos, podemos equilibrar a dieta

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

A DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE

recomenda



DESINFECTE A ÁGUA PARA BEBER

**Deite 2 gotas de desinfectante
em 1 litro de água
espere 1/2 hora e depois...
beba à vontade**

DESINFECTE FRUTAS, SALADAS E ALIMENTOS QUE COME CRÚS

**Deite 10 gotas de desinfectante
em cada litro de água.**

**Deixe 1/2 hora de molho
totalmente mergulhados no água.**

**Lave a seguir com
a água de beber.**



Este é o desinfectante que a Direcção-Geral de Saúde distribui gratuitamente através dos:

**Centros de Saúde — Subdelegações de Saúde — Câmaras Municipais
— Juntas de Freguesia**

**FLOR - LIBERTAÇÃO
FRUTO - DEMOCRACIA
SEMENTE - SOCIALISMO**



**FORÇAS ARMADAS
RAÍZES DUMA REVOLUÇÃO**

DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACÇÃO CÍVICA